



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Graduação de Nível Superior em Turismo

**Pra não dizer que não falei das dores: conflito socioambiental no
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO e as repercussões
para o turismo local**

LAURO CELSO RODRIGUES DA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Brasília – 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Graduação de Nível Superior em Turismo

**Pra não dizer que não falei das dores: conflito socioambiental no
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO e as repercussões
para o turismo local**

LAURO CELSO RODRIGUES DA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Brasília – 2019

COSTA, Lauro Celso Rodrigues.

Pra não dizer que não falei das dores: conflito socioambiental no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO e as repercussões para o turismo local. (Setenta e duas Folhas)

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

1. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. 2. Conflitos Socioambientais 3. Turismo Sustentável

CDU

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Graduação de Nível Superior em Turismo

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

Pra não dizer que não falei das dores: conflito socioambiental no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO e as repercussões para o turismo local

LAURO CELSO RODRIGUES DA COSTA

Aprovado por:

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso (CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos (CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof. Dr. André de Almeida Cunha (IB/UnB)

Brasília, 05 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade da vida.

A minha mãe, por estar sempre torcendo por mim.

Aos meus irmãos, por serem meus companheiros de todas as horas.

A minha esposa, por estar sempre ombreada em tudo que faço.

As minhas filhas, por pacientemente lerem meus escritos, criticar e por vezes me ajudar na caminhada da graduação.

Ao Coronel Marcos de Araújo, por permitir e criar condições para que eu iniciasse essa caminhada.

Aos amigos, que tanto me ouviram falar em TCC e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Ao orientador, professor Dr. João Paulo Faria Tasso, por ter paciência de me orientar e enfrentar essa caminhada comigo na construção do conhecimento.

Aos mestres do CET, que tão gentilmente compartilharam comigo seus conhecimentos, ensinando.

À Banca Examinadora, pelas contribuições para enriquecimento do estudo.

E a todos aqueles que passaram pelo meu caminho nesses anos e ajudaram a construir essa parte da minha história.

RESUMO

O objeto deste trabalho é o conflito socioambiental no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e as repercussões para o turismo local. O PNCV está localizado no nordeste do Estado de Goiás, entre os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança. Possui uma área de 240.611 hectares de cerrado de altitude, que abriga espécies e formações vegetais – algumas endêmicas - nascentes e cursos d'água e rochas com bilhões de anos. Declarado pela UNESCO, em 2001, como patrimônio natural da humanidade, tem em sua área antigos garimpos que ajudam a contar parte da história local. Porém, após a sua criação em 1961, viu sua área total ser reduzida a 10% do tamanho original e vivencia conflitos entre os diversos atores econômicos, sociais e políticos da região. Ressente-se, como as demais áreas de preservação natural no Brasil, da falta de suporte financeiro adequado para a conservação, vislumbrando, como consequência, a sua degradação. Em 05 de junho de 2017, o então Presidente Michel Temer assinou o Decreto que amplia a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Em outubro desse mesmo ano, um incêndio de origem não explicada, devastou a área protegida, dando indícios do despertar de um conflito na área. Diante do cenário descrito, é inevitável pensar na repercussão para o turismo local, visto que essa atividade tem importante papel na região. O objetivo deste estudo foi compreender este cenário de conflito que se estabeleceu no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com vistas a um turismo mais sustentável. A partir de levantamento documental e bibliográfico, entrevistas semiestruturadas com alguns dos principais atores envolvidos no conflito, observação in loco, caracterização e análise crítica do conflito, que se pretendeu consolidar informações para a análise e embasamento do objeto de estudo. Os principais resultados mostram que as repercussões para o turismo, foram, no primeiro momento, negativas, existindo ainda, a necessidade de pagamento das indenizações pelas desapropriações, a fim de mitigar adequadamente o conflito. Há que se destacar que as repercussões positivas também ocorreram, principalmente em função do aspecto de ter dado visibilidade à região, permitindo a ampliação do fluxo turístico no território.

Palavras-chave: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Conflitos Socioambientais. Turismo Sustentável.

ABSTRACT

The study object of this work is the socioenvironmental conflict in the Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) and the repercussions for local tourism. The PNCV is located in the northeast of the State of Goiás, between the counties of Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma and São João d'Aliança. It has an area of 240,611 hectares (ha) of cerrado of altitude, that shelters species and plant formations – some endemic, water springs and courses and rocks with billions of years. Declared by UNESCO as a natural patrimony of humanity in 2001, it has in its area, former mining areas that help to tell part of the local history. However, after it's creation in 1961, it saw it's total area reduced to 10 percent of the original size and experiences conflicts between the various economic, social and political actors. It lacks, like the other areas of natural preservation in Brazil, adequate financial support for the conservation, seeing, as a consequence, its degradation. On June 5, 2017, the President Michel Temer signed the Decree that enlarges the Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. In October of that same year, a fire of unexplained origin, devastated the protected area, giving indications of the awakening of a conflict in the area. In view of the described scenario, it is inevitable to think about the socioeconomic impact for tourism, since this activity plays an important role in the region. The objective of this research was to understand this conflict scene that was established in the Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros with a view to identifying the economic impacts resulting from it, aiming at a more sustainable tourism. From a documentary and bibliographical survey, semi-structured interviews with some of the main actors involved in the conflict, in situ observation, characterization and critical analysis of the conflict, which sought to consolidate sufficient and efficient information for the analysis and basis of the conclusion. The main results show that the repercussions for tourism were, in the first moment, negative, and there is also the need to pay compensation for expropriations, in order to adequately mitigate the conflict. It should be noted that the positive repercussions also occurred, mainly due to the aspect of having given visibility to the region, allowing the expansion of tourist flow in the territory.

Keywords: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Socioenvironmental Conflicts, Sustainable Tourism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cachoeira do Abismo	21
Figura 2: Visitantes na Cachoeira do Abismo	22
Figura 3: Fogo no PNCV	22
Figura 4: Casa atingida pelo fogo no PNCV	23
Figura 5: Mapa do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	25
Figura 6: Vila de São Jorge	26
Figura 7: Entrada de São João D’Aliança	26
Figura 8: Colinas do Sul	26
Figura 9: Praça em Cavalcante	27
Figura 10: Teresina de Goiás	27
Figura 11: Nova Roma	28
Figura 12: Localização e ampliação do PNCV em 2017.	29
Figura 13: Lobo guará	30
Figura 14: Ipê amarelo	30
Figura 15: Áreas de descontaminação de rejeitos de mineradora - área urbana de Cavalcante-GO	31
Figura 16: Na estrada para a observação	49
Figura 17: Entrada do PNCV - ICMBio	50
Figura 18: O hotel e os ETs em Alto Paraíso de Goiás	50
Figura 19: Vestígios de fogo na trilha do PNCV	51
Figura 20: Pequenos visitantes no PNCV	51

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CPT Comissão Pastoral da Terra

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ha hectares

PIB Produto Interno Bruto

PNCV Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização resumida do Conflito Socioambiental no PNCV	48
Quadro 2: Respostas dos entrevistados para a primeira pergunta comum a todos.	53
Quadro 3: Respostas dos entrevistados para a segunda pergunta comum a todos.	55
Quadro 4: Respostas dos entrevistados para a terceira pergunta comum a todos.	56
Quadro 5: Respostas dos entrevistados para a quarta pergunta comum a todos.	58
Quadro 6: Respostas dos entrevistados para a quarta pergunta comum a todos.	58

SUMÁRIO

RESUMO	15
ABSTRACT	16
LISTA DE FIGURAS	17
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	18
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1: AS FLORES E AS DORES NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	25
1.1. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e os municípios do entorno	25
1.2. O encolhe-estica: Aspectos histórico-evolutivos	28
1.3. Naturalmente belo: Aspectos Socioambientais	29
1.4. Política e poder: Aspectos Político-Institucionais	31
1.5. Os caminhos que levam ao Parque: Aspectos Turísticos.....	32
CAPÍTULO 2: ÁGORA NO CERRADO	34
2.1. Conflito	34
2.2. Conflito Socioambiental	35
2.3. Poder e violência	36
2.4. Turismo	36
2.5. Turismo de Natureza.....	38
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	41
3.1. O pré-campo	41
3.2. O campo	41
3.3. O pós-campo	42
CAPÍTULO 4 – “VIAGEM” DO JECA – REFLETIR É MELHOR QUE QUEIMAR	43
4.1. Caracterização do Conflito Socioambiental.....	43
4.2. Observação “in loco”: para além do fogo	49
4.3. Entrevistas: Calibrando e sincronizando.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE I – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	67

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o conflito socioambiental no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e as repercussões para o turismo local. Este conflito consiste na disputa de terra em razão da ampliação do parque. O PNCV está localizado na Chapada dos Veadeiros, no nordeste do Estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança. Possui uma área de 240.611 ha, e recebeu, no ano de 2018, segundo o Ministério do Turismo, 70 mil visitantes.

A região onde se encontra é considerada a mais biodiversa do Cerrado brasileiro, e guarda diversas espécies e formações vegetais, algumas endêmicas. Possui 466 nascentes d'água, cachoeiras (**Figura 1**), e tem cerca de três mil espécies de animais, bem como, rochas de mais de um bilhão de anos. O Parque conta um pouco da história local, uma vez que preserva áreas de antigos garimpos. Declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 2001, para além da conservação, o Parque tem outros objetivos importantes, como a pesquisa científica, a educação ambiental e a visitação pública.

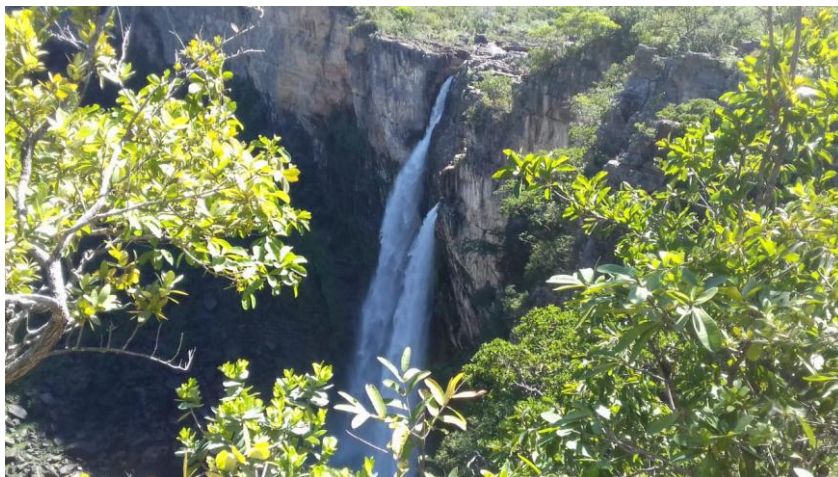


Figura 1: Cachoeira do Abismo

Fonte: próprio autor, 2019.

A entrada do PNCV está localizada na Vila de São Jorge, distrito do município de Alto Paraíso de Goiás, que conta com cerca de 90 pousadas, com capacidade aproximada de quatro mil leitos. Recebem visitantes (**Figura 02**) do Brasil e do exterior, sendo a maioria do Estado do Goiás e do Distrito Federal, e que contribuem para movimentar a economia da região, representando um impacto financeiro estimado em 92 milhões de reais por ano (GOMES, 2017).



Figura 2: Visitantes na Cachoeira do Abismo

Fonte: próprio autor, 2019.

O PNCV foi criado em 1961. Inicialmente, com uma área de 625 mil ha, com o tempo, e as alterações na legislação, foi sofrendo redução dessa área chegando a 65.514 ha. Contudo, em 05 de junho de 2017, o na época Presidente, Michel Temer, assinou Decreto ampliando essa área para 240 mil ha. Em período anterior, constante nas atas das audiências públicas realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com os atores envolvidos na questão, ocorreram ameaças de queimadas da área do Parque e, após a ampliação, em outubro do mesmo ano, um incêndio devastou a área (**Figura 03**).



Figura 3: Fogo no PNCV

Fonte: SANTANA, 2017.

O incêndio ocorrido no parque foi matéria de diversos veículos de comunicação na época. O Portal G1, por exemplo, dando indícios da problemática existente no Parque, pôs à mostra a questão da disputa por terras. Apontando que de um lado estavam os donos de terras de dentro do PNCV, que pressionavam o poder público para que definisse a questão da regularização fundiária e do valor das indenizações, porquanto, em oposição, os ambientalistas pressionavam os governos federal e estadual para que a ampliação da área do parque fosse feita com mais celeridade (SANTANA, 2017).

Evidenciando ainda mais a existência de um conflito socioambiental, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada a movimentos sociais da igreja católica, denunciou, em novembro de 2017, após o incêndio (**FIGURA 4**), em matéria veiculada no site da própria CPT, que, “Mais do que a suspeita de crime contra esse patrimônio da natureza, paira sobre a Chapada dos Veadeiros, no nordeste do estado de Goiás, ameaças que vão muito além da sua queima” (PASSOS, 2017).



Figura 4: Casa atingida pelo fogo no PNCV
Fonte: SANTANA, 2017

Neste sentido, o conflito, que pode ter acarretado no incêndio de outubro de 2017, certamente causou muitos impactos ambientais para o Parque. Mas não só estes. Sob a ótica do turismo, o período em que o PNCV não pôde receber visitantes pode ter apresentado, por consequência, esvaziamento de pousadas e hotéis da região, bares e restaurantes que viram seus clientes sumirem, guias que não tiveram a quem guiar, dentre vários outros, e isso representaria, de forma negativa, uma das possíveis repercussões sobre o turismo na região.

A Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu artigo 5º, inciso XIII, dá como uma das diretrizes do sistema a busca da proteção de grandes áreas, por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas. O que coloca o turismo como uma possibilidade de utilização sustentável.

O turismo, apesar de não representar a principal atividade econômica dos municípios circunvizinhos que formam o Parque, se mostra muito importante em razão do efeito multiplicador que o turismo tem (LAGE e MILONE, 2001), sendo fonte direta de renda para muitas famílias da região, e por ter como parte do seu produto a paisagem e os recursos naturais, uma ferramenta para conservação.

Diante deste cenário, é inevitável pensar na razão pela qual se chegou a esse ponto, e se esse cenário de conflito tem repercutido no turismo, e em que proporção. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi compreender o cenário de conflito que se estabeleceu no PNCV com vistas a um turismo mais sustentável. Para chegar a essa compreensão, o estudo foi dividido em três objetivos específicos:

- (a) Contextualizar o PNCV e os principais municípios em seu entorno, assim como o fenômeno do turismo na região;
- (b) Caracterizar o conflito, identificando os atores sociais envolvidos, o objeto do conflito, a arena, as motivações, os recursos que cada ator dispõe e as alianças estabelecidas;

(c) Refletir criticamente sobre as repercussões no turismo local, decorrentes do conflito.

Afora esta Introdução e as Considerações Finais, este trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro, é apresentada a contextualização do espaço e do turismo no Parque e nos principais municípios da região; no segundo, a discussão teórica, que referenciou as análises realizadas; no terceiro, a metodologia e a distribuição das ações de pré-campo, campo e pós-campo da pesquisa e; no quarto, a análise e reflexão crítica dos resultados obtidos.

CAPÍTULO 1: AS FLORES E AS DORES NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

1.1. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e os municípios do entorno

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (**FIGURA 05**) é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, instituída pelo Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, inicialmente com a denominação de Parque Nacional do Tocantins, com limites territoriais estabelecidos em 625 mil ha.



Figura 5: Mapa do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Fonte: GOOGLE MAPS, 2016.

Situado no Estado de Goiás, entre os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança, conta hoje com 240.611 ha, estando o seu principal acesso no distrito de São Jorge, a 36 km de Alto Paraíso de Goiás.

São Jorge (**FIGURA 6**) é uma vila pequena e simples de, aproximadamente, 250 habitantes, pertencente ao Município de Alto Paraíso de Goiás. O Município possui, segundo dados do IBGE (2019), uma área de 2.593,905 km², uma população de 7.558 habitantes, com densidade demográfica de 2,65 habitantes por km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) encontrado é de 0,713, com o índice de Gini de 0,6556 (o que representa uma alta concentração de renda comparado ao mesmo índice do estado de Goiás que é de 0,5588 e do Brasil que é de 0,515) e um PIB per capita de R\$ 21.484,63 (IBGE, 2016). No município se encontra o ponto mais alto do Planalto Central, Pouso Alto, com 1.676 metros de altura.



Figura 6: Vila de São Jorge
Fonte: ANDRADE, 2019.

Próximo a Alto Paraíso, e no entorno do Parque, fica o município de São João d'Aliança (**FIGURA 7**). A sua população está estimada em 13.800 habitantes, com o salário médio mensal de 1.9 salários mínimos e uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 9.2% (IBGE, 2019).



Figura 7: Entrada de São João D'Aliança
Fonte: Câmara Municipal de São João D'Aliança, 2019

Outro Município no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, é Colinas do Sul (**FIGURA 8**), elevado a esta condição em 1987, pelo governador de Goiás, Antônio Henrique Santillo, que sancionou a Lei 10.403, criando o município. Fica localizado entre a Chapada dos Veadeiros e o Lago de Serra da Mesa, que se limita ao norte com o município de Cavalcante, e a oeste com o município de Alto Paraíso.



Figura 8: Colinas do Sul
Fonte: EYMARD, 2009

O município de Cavalcante (**FIGURA 9**) com um PIB per capita de R\$ 25.303,89. Cobre uma área de 6.953,666 km², com população estimada de 9.693 habitantes, densidade demográfica de 1,34 hab/ km², IDHM de 0,584 e índice de Gini de 0,6294. O seu território abriga cerca de 60% da área total do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nele, está parte da comunidade Kalunga, dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, principalmente no Povoado Engenho e no Vão do Moleque.

Estima-se que, durante a glória das minas de ouro, havia na região de Cavalcante, aproximadamente, 20 mil escravos, o que daria, só em escravos, duas vezes a população registrada atualmente. Com o declínio do ouro, o município passou a dedicar-se a outras atividades econômicas, principalmente a agricultura e pecuária. Nessa época o território de Cavalcante abrangia quase todo o nordeste goiano, desde o município de Formosa até o município de Arraias no Estado Tocantins.



Figura 9: Praça em Cavalcante

Fonte: Ornelas, 2011.

O Município de Teresina de Goiás (**FIGURA 10**), outro que compõe a região da Chapada dos Veadeiros e que contribui com parte da área do parque, tem uma área de 774,639 km² e foi fundado no ano de 1989. Conta hoje com uma população de pouco mais de 3.000 habitantes. Em 2016, conforme dados do IBGE, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.8%. É o município mais novo da Chapada, cortado pelas Rodovias GO 118 e GO-241, que dá acesso a Cavalcante.



Figura 10: Teresina de Goiás

Fonte: Prefeitura de Teresina de Goiás, 2019.

Vizinha a Teresina de Goiás, Nova Roma (**FIGURA 11**) conta com uma população de 3.471 habitantes, salário médio mensal de 1.6 salários mínimos, e com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 4.8%.



Figura 11: Nova Roma

Fonte: Prefeitura de Nova Roma Goiás, 2019.

1.2. O encolhe-estica: Aspectos histórico-evolutivos

O PNCV foi criado por meio do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, inicialmente com a denominação de Parque Nacional do Tocantins, e limites territoriais estabelecidos em 625 mil ha, dados pelo artigo 2º:

Art 2º Os limites do parque ora criado, começam na margem direita do Rio Tocantins, na confluência do Rio Tocantinzinho, seguindo por este até a sua nascente; daí através das vertentes contornando a cidade de Veadeiros até a nascente do Rio Preto; daí seguindo pela mesma vertente, até a nascente do Córrego Santa Rita; daí pelo referido córrego até a confluência com o Ribeirão São Félix; daí, pelo referido ribeirão São Félix até a sua confluência com o Rio Tocantins; daí, rio acima, até o ponto de partida.

Em 11 de maio de 1972, o Decreto de criação foi alterado pelo Decreto nº 70.492, que modificou o nome do Parque para “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”, alterando também o artigo segundo, sendo então descrito os limites do Parque:

Art. 2º O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado no Estado de Goiás, no local do mesmo nome, com a superfície de 171.924,54 hectares, compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro:

Começa na interseção do Ribeirão dos Couros com a Rodovia GO-12 (Ponto 1); deste ponto, segue pela margem direita do citado Ribeirão até o local em que este recebe na sua margem esquerda as águas do Córrego Almacega (Ponto 2); daí, por uma linha reta de direção aproximada S.O., até o espigão da Serra da Boa Vista (Ponto 3); deste ponto, pelo citado espigão, em direção aproximada S.O. até as cabeceiras do Córrego Tamboril (Ponto 4); daí, pela sua margem direita, até sua confluência com o Córrego Cordovil (Ponto 5); neste ponto, cruza o Córrego Cordovil e segue pela sua margem direita até a encosta da Serra da Boa Vista, localizada à sua jusante (Ponto 6); daí, Torna a Cruzar o citado córrego e segue pelo espigão da referida serra em direções aproximadas de N.O. a S.O., até o marco nº 9, da Fazenda Volta da Serra (Ponto 7); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até a confluência do Córrego Barro Vermelho com o Ribeirão São Miguel (Ponto 8); deste ponto, segue pela margem esquerda do citado Córrego,

em direção às suas nascentes, até à altura do marco 2 da Fazenda Volta da Serra (Ponto 9); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até o marco 3 da mesma fazenda (Ponto 10); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até o marco 4 da citada Fazenda, localizado à margem esquerda do Rio Preto (Ponto 11); deste ponto, em linha reta por 7.425m de direção aproximada S.O., até o local que o Rio Preto faz uma volta abaixo de duas cachoeiras e conflui com outra vertente (Ponto 12); deste ponto, cruza o rio e segue abaixo, pela margem direita, até a confluência com o Rio Claro (Ponto 13); deste ponto, pela margem esquerda do Rio Claro em direção às suas nascentes, até a sua confluência com o Ribeirão Montes Claros (Ponto 14); daí, sobe pela margem esquerda do Ribeirão Montes até o local onde recebe as águas do Córrego São Domingos (Ponto 15); daí, cruza o Ribeirão e segue acima pela margem esquerda do Córrego São Domingos até sua caída da Serra Santana (Ponto 16); deste ponto, em linha reta de direção aproximada leste, até o local denominado Burro Morto, à margem da Rodovia GO-12 (Ponto 17); daí, tomando-se a direção sul, pela margem direita da Rodovia, até sua intersecção com o Ribeirão dos Couros (Ponto 1).

Tal alteração reduziu consideravelmente a área do parque, conforme caput do artigo 2º. Outras alterações ocorridas por meio do Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981, e do Decreto s/nº, de 27 de setembro de 2001, reduziram ainda mais a área do parque, que chegou a ficar com 65 mil ha, em torno de 10% de sua área inicial. Porém, em 05 de junho de 2017, o Presidente Michel Temer assinou Decreto ampliando o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para os atuais 240.611 há (**FIGURA 12**).

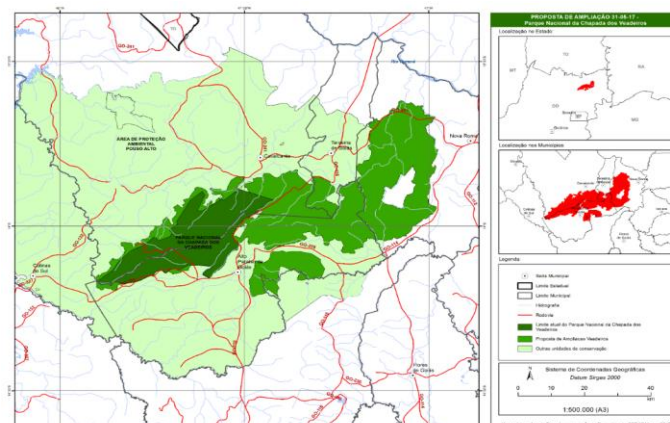


Figura 12: Localização e ampliação do PNCV em 2017.

Fonte: ICMBIO, 2017.

1.3. Naturalmente belo: Aspectos Socioambientais

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, atualmente administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), possui centenas de nascentes e cursos d'água, rochas com mais de um bilhão de anos, espécies e formações vegetais únicas, fauna com diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, o que lhe proporciona uma grande diversidade e representatividade do bioma Cerrado.

Neste sentido, o ICMBio, no plano de manejo, afirma que o PNCV tem elevado grau de endemismo na fauna (**FIGURA 13**) e na flora (**FIGURA 14**), citando espécies

como o pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e o Socó-boi (*Tigrisoma fasciatum*), aves ameaçadas de extinção, a gramínea *Altoparadisium*, cuja espécie foi denominada *Altoparadisium chapadense*, e a nova espécie *Triraphis devia*, ambos da Família Poaceae, recém descobertas pela ciência e, ainda, espécies-típicas do Cerrado, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a ema (*Rhea americana*) e o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) (ICMBio, 2007).



Figura 13: Lobo guará

Fonte: Gambarini, 2009.



Figura 14: Ipê amarelo

Fonte: Gomes, 2015.

Declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 2001, o Parque preserva áreas de antigos garimpos, como parte da história local, e tem por objetivos, além da conservação, a pesquisa científica, a educação ambiental e a visitação pública. O período de seca na região vai de maio a outubro, e o chuvoso de novembro a abril. O acesso é localizado no distrito de São Jorge, a 36 km do município de Alto Paraíso de Goiás.

Junto com outras Unidades de Conservação no Brasil, o PNCV tem outra importante função: integrar as áreas de proteção em seu entorno, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e as Unidades de Conservação de uso sustentável, e formar um corredor ecológico, objetivando ligar essas unidades e possibilitar, entre elas, o fluxo de genes e o movimento da biota.

Segundo o Plano de Manejo do PNCV (2007, p. 15), “estima-se que o Brasil tenha entre 15 e 20% de toda a diversidade biológica mundial e o maior número de

espécies endêmicas do globo”. Essa biodiversidade, que foi que teve a sua preservação acolhida na Constituição Federal de 1988, no artigo 225, e amparada na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, proporciona ao país importantes recursos de serviços ambientais, assim como oportunidades de desenvolvimento.

Entretanto, a pressão econômica exercida sobre esses recursos traz a ameaça de esgotamento e causa desequilíbrios, principalmente por atividades como a mineração (**FIGURA 15**). Mitigar essa pressão e manter o equilíbrio dos diversos ecossistemas presentes nos biomas brasileiros, e propiciar o uso sustentável dos recursos naturais, é o desafio do Estado, que precisa atuar com políticas que atendam as demandas econômicas, mas que visem, também, à preservação dos recursos naturais.



Figura 15: Áreas de descontaminação de rejeitos de mineradora - área urbana de Cavalcante-GO
Fonte: Marques, 2018.

A história do país registra, ao longo de centenas de anos, o embate entre o ganho econômico imediato, negligenciando os limites dos recursos em uma exploração desvairada, em detrimento da possibilidade de uma vida mais sustentável para o futuro.

Esta perspectiva de uso da terra e dos recursos naturais desperta interesses diversos, como os do agronegócio, da extração de minérios e metais, de assentamentos urbanos ou humanos, de pesquisa para desenvolvimento de cosméticos, de utilização para o lazer, ou mesmo para preservação dos ecossistemas. Essas divergências de interesses geram, por óbvio, conflitos que, por vezes, se acirram e, por vezes, se arrefecem, mas estão sempre presentes, em especial nas questões da terra.

1.4. Política e poder: Aspectos Político-Institucionais

A Lei nº 9.985 que, em 18 de julho de 2000, regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e deu outras providências. Em seu Art. 6º, determina os órgãos do poder público que farão a gestão do sistema, estabelecendo o órgão consultivo e deliberativo, órgão central e órgãos executores.

No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o órgão executor que o administra é o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), instituído pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de:

- I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão,

proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; 14

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

A partir de 2008, as Unidades de Conservação administradas pela União, passaram a ter orçamento próprio, desvinculado do orçamento dedicado a outros temas da gestão ambiental. O orçamento destinado ao PNCV foi se reduzindo ano a ano, o que causa dificuldades em sua administração, em razão da escassez de recursos financeiros e humanos para atuar na conservação e preservação da área (GOMES, 2017).

Para minimizar esses impactos, e conforme estabelece a legislação, são realizadas parcerias, e algumas organizações nacionais e internacionais, que se alinham aos interesses da preservação dos ecossistemas, atuam na área. Os exemplos são: A *Conservation International (CI)*, a *World Wildlife Fund (WWF)* – (Fundo Mundial para Natureza), organizações não-governamentais (ONGs), universidades, órgãos governamentais e empresas, a *Japan International Cooperation Agency (JICA)* e a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), entre outras organizações.

1.5. Os caminhos que levam ao Parque: Aspectos Turísticos.

A entrada do Parque está localizada no distrito de São Jorge, a 36 km do município de Alto Paraíso de Goiás. Partindo de Brasília-DF são cerca 260 km até a entrada do Parque, com acesso feito pela BR-020, em direção à Formosa-GO e no trevo, direciona-se para a BR-010, sentido Alto Paraíso. Após a divisa do Distrito Federal com Goiás, a BR-010 passa a se chamar GO-118. Ao chegar a Alto Paraíso, virando no trevo à esquerda, em direção a São Jorge, e seguindo pela GO-239, por mais 36 km. O caminho de São Jorge até a portaria do Parque tem menos de 01 km.

O Parque pode ser visitado durante o ano todo. Atualmente, não há cobrança de ingresso para acesso (permitido pelo Centro de Visitantes). A sua visitação é aberta de terça a domingo. Os visitantes podem percorrer quatro trilhas para chegar aos atrativos do Parque Nacional: Travessia das Sete Quedas, Trilha dos Saltos, Carrossel e Corredeiras, Trilha dos Cânions e Cariocas e Trilha da Seriema (ICMBIO, 2016).

São estabelecidos limites de visitantes por trilha, a fim de enriquecer a experiência da visita e manejar os impactos sobre os ecossistemas, sendo que esse limite diário de acesso ao Parque é de: 30 pessoas acampadas por noite na Travessia das Sete Quedas; 250 visitantes por dia na trilha dos Saltos e Corredeiras; 200 visitantes por dia na trilha dos Cânions e Cariocas; e, 30 visitantes por dia na trilha da Seriema (ICMBIO, 2016).

A caminhada e os banhos de cachoeira são as principais atividades turísticas no Parque, que propõem uma viagem pelo Cerrado brasileiro nas antigas rotas usadas por garimpeiros, emolduradas com as imensas paisagens da Chapada. Esse convite foi aceito por 70 mil visitantes, que viveram essa experiência no ano de 2018, segundo o Ministério do Turismo (2018).

Como principal município, já que a entrada do parque está em seu território, Alto Paraíso de Goiás conta com mais de 90 pousadas, com capacidade aproximada de quatro mil leitos, que recebem visitantes do Brasil e do exterior. A maioria desses visitantes, aproximadamente 46%, são do Estado do Goiás e do Distrito Federal (GOMES, 2017), que contribuem para movimentar a economia da região, representando um impacto financeiro estimado em 92 milhões de reais por ano (GOMES, 2017).

A região da Chapada dos Veadeiros guarda muitas riquezas. É possuidora de uma beleza natural e cultural, e abriga um ecossistema ímpar do bioma Cerrado. Cabe então, neste cenário, entender o conflito, “as ideias, status e posição de poder” (NASCIMENTO, 2001), a fim de, no campo do fenômeno do turismo, vislumbrá-lo mais sustentável.

CAPÍTULO 2: ÁGORA NO CERRADO

Os recursos naturais são bens comuns e as questões de seu uso perpassam pelas dimensões ambiental, cultural, social e econômica. Por serem, tais recursos, limitados e as necessidades do homem ilimitadas, os seus usos são sujeitos a conflitos entre distintos projetos, sentido e fins (ACSELRAD, 2004).

O início do século XXI tem na pauta do debate todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2004), tendo os diversos atores, diferentes olhares e interesses sobre os bens comuns, neste caso, a terra, fazendo com que esta seja objeto de conflitos.

2.1. Conflito

O conflito pode ser encontrado em todas as esferas da vida humana (LITTLE, 2001). Está na cultura do homem, e esta, a cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos (LARAIA, 2001).

Entende-se, aqui, que o conflito deriva da possibilidade de escolhas, podendo existir mesmo em um só indivíduo, como, por exemplo, na expressão popular, “casar ou comprar uma bicicleta”, utilizada de modo geral para ilustrar um conflito individual.

Assim, em uma perspectiva psicológica, o conflito pode ser visto como “estado provocado pela coexistência de dois estímulos que disparam reações mutuamente excludentes” (HOUAISS, 2001), neste caso, reside no duelo de interesses divergentes, que implica na escolha de algo, abandonando as possibilidades dos efeitos do não escolhido.

O dicionário Aurélio define conflito como alteração, desordem, pendência, choque, embate, luta, oposição, disputa (2005). Essa significação corrobora com o senso comum, que ao apropriar-se de parte do conceito de conflito o associou ao aspecto negativo contido em seu conceito (NASCIMENTO, 2001), desconsiderando que os conflitos podem ter aspectos positivos, geradores de mudanças e avanços na sociedade, visto que esta é dinâmica.

Nesta perspectiva dinâmica, “os conflitos são importantes sensores das relações sociais” (LEFF, 1998, apud VARGAS, 2007, p. 10), corroborando com o pensamento Simmeliano de que os conflitos são formas de interação social, indispensáveis para o desenvolvimento da própria sociedade que, ao solucionar as divergências, avança no sentido de se consolidar enquanto tal (SIMMEL, 1983).

Desconsiderado o senso comum e a concepção de que os conflitos são, de forma geral, algo negativo, pode-se então, compreendê-lo como necessário e produtor de soluções, “destinado a resolver dualismos divergentes” sendo então, um modo de se chegar a alguma unidade (SIMMEL, 1983, p. 123), negociada e aceitável.

É com a modernidade e as características que lhe dá forma, que aparecem mecanismos eficientes de resolução de conflitos, sem a necessidade de submissão ou

separação – violência, visto que a modernidade transforma e absolve tudo que lhe é externo, deixando-o ser apenas temporariamente, permitindo assim, resoluções negociadas de conflitos (NASCIMENTO, 2001).

Cada tipo de sociedade tem seus conflitos e suas formas de resolução, sendo os elementos definidores do conflito: a sua natureza, os atores sociais diversos, o campo específico ou arena, o objeto em disputa, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia. (NASCIMENTO, 2001)

Transportando para o objeto de estudo deste trabalho, os desencontros de interesses no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, se configuram em um conflito de ordem socioambiental.

2.2. Conflito Socioambiental

A sociedade contemporânea vive transformações sociais e culturais constantes que, conseqüentemente, afetam o meio ambiente e as relações entre os homens e mulheres (ASSAD, 2009). Nesse viés, os conflitos ambientais devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território, pois, ambos são, por certo, espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral (ACSELRAD, 2004).

A terra, a água e as florestas não são apenas recursos materiais sobre os quais há concorrência, mas parte de uma forma de vida, numa dimensão simbólica. Esta dimensão tem, também, incidência prática muito grande para o manejo dos conflitos, já que as perspectivas dos grupos sobre o significado dos recursos variam muito (VARGAS, 2007).

Dentre os diversos tipos de conflitos, o socioambiental apresenta características peculiares, envolvendo múltiplos atores e grupos sociais que enfrentam dificuldades ao procurarem solucionar as suas questões ambientais em projetos distintos de desenvolvimento (ASSAD, 2009).

A luta em torno da propriedade ou acesso a terra reveste-se de elementos materiais evidentes, e de elementos simbólicos de maior significação social. Os atores envolvidos nestes conflitos são geralmente coletivos, como comunidades rurais, o governo e suas agências ou instituições, ONGs locais ou internacionais, grupos de base organizados, empresas, camponeses, indígenas, igreja, grupos de pesquisa, dentre outros (VARGAS, 2004).

Os conflitos socioambientais podem ser abordados pelas diversas posições, interesses ou necessidades dos atores envolvidos e, dependendo das condições, podem ser transformados em melhores possibilidades de cooperação e de transformações sociais (ASSAD, 2009).

Os recursos naturais, por serem bens comuns, são compartilhados em espaços sociais nos quais se estabelecem relações complexas e desiguais entre diversos atores sociais, com diferentes níveis de acesso ao poder, sendo os que têm maior acesso ao poder são, também, aqueles com mais capacidade de controle sobre as decisões do acesso e uso dos recursos (VARGAS, 2007). E a desigualdade na distribuição de renda

no mundo torna a situação ainda pior (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, apud GOMES, 2017).

O objeto de todas as economias é a gerência de recursos *escassos* (BAUMAN, 2001), e a degradação ambiental ocorre por razões econômicas, como o crescimento demográfico, a expansão das fronteiras agrícolas, a urbanização, a industrialização e, principalmente, a obtenção de lucros (GOMES, 2017).

Então, percebe-se que os conflitos socioambientais não tratam apenas de material, dos recursos escassos, mas também de elementos simbólicos e de relações de poder.

2.3. Poder e violência

Na dinâmica dos conflitos, tem-se não só a dimensão material, a disputa pela terra, mas também há a dimensão simbólica, pelos significados da terra, e sobre essas relações dispostas no conflito, que também se constituem as relações de poder, como as discutidas por Michael Foucault. A propósito, as relações de poder estão presentes em todas as relações humanas.

Neste diapasão, Foucault assevera que a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos, ficando a ilegalidade dos bens para as classes mais populares e as ilegalidades dos direitos para a burguesia. A possibilidade de desviar os seus próprios regulamentos e as suas próprias leis. De fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação — margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato (FOUCAULT, 1987).

Para esse debate da disputa de poder pode-se pensar, também, em termos de horizontalidades, que além do aspecto material dos recursos, o sentem simbolicamente, e seus atores de menor poder buscam alianças para se oporem as influências do poder do capital, as verticalidades que querem a apropriação material e a maximização dos lucros (SANTOS, 2001).

Não obstante na luta pelo poder, a estruturação de um sistema de justiça voltado a privilegiar os de maior poder, impõe, por vezes, a violência para legitimar a coerção. Neste sentido, para atingir tais efeitos, danos são impostos ao corpo humano, a dor é infligida, o horror é espalhado pelo espetáculo da carne queimada, das poças de sangue e dos rumores de que homens e mulheres audazes ou arrogantes o bastante para resistir tiveram seu sangue derramado. (BAUMAN, 2001)

Essas disputas de poder, apoiadas na violência (ainda que simbólica), e que pairam sobre o PNCV, com potencial para gerar impactos negativos para o turismo, de certa forma, podem também, dentro da perspectiva de sua solução, configurar-se em oportunidade para o desenvolvimento do fenômeno turístico.

2.4. Turismo

Turismo é o movimento temporário de pessoas para locais de destino externos aos seus lugares de trabalho e moradia (MATHIESON, WALL, apud, LAGE; MILONE, 1991). Como prática social, começou a se desenvolver em meados do século XIX, porém, apenas a partir da década de 1950 é que se transformou em atividade de massa, significativa em termos socioeconômicos e culturais (MOESCH, 2002).

Ao tratar do Turismo, duas linhas de pensamento devem ser observadas. Uma é pensá-lo sob os aspectos do fenômeno:

(...) uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja a composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, redes sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno (...). (MOESCH, 2004, p15)

Enquanto a outra terá um olhar econômico, vendo-o como atividade, “uma indústria sem chaminé” (MOESCH, 2004, p. 29), não sendo estes modos de olhar excludentes entre si. No sentido de atividade, visão economicista, se faz necessária a percepção de que:

(...) economia é o estudo de como os homens e a sociedade decidem, com ou sem a utilização de dinheiro, empregar recursos produtivos escassos que poderiam ter aplicações alternativas, para produzir várias mercadorias, ou seja, bens e serviços, e distribuí-las para consumo, agora e no futuro, entre as diversas pessoas do grupo da sociedade. (LAGE; MILONE, 1991).

Talvez, por essa razão, é que o desenvolvimento do capitalismo industrial possibilitou o uso de sua tecnologia em outras áreas, entre elas, o Turismo, que nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, sendo que a cada avanço capitalista, há um avanço do Turismo (MOESH, 2002).

O Turismo, como atividade, constitui-se em um bem econômico, visto que a quantidade de serviços possíveis a serem ofertados existe em menor quantidade do que as necessidades (LAGE; MILONE, 1991). Contudo, o fenômeno do Turismo, se observado apenas pela ótica capitalista, do consumo e das aparências, acaba por não cumprir as funções de ofertar descanso, conhecimento e trocas para os turistas, e menos ainda ofertar vantagens reais aos residentes.

Por este olhar, Turismo não é apenas uma atividade econômica, mais que deslocamento espaço-temporal, é uma necessidade humana, um direito garantido no artigo 24 da Carta dos Direitos Humanos (GASTAL; MOESCH, 2007). Desta forma, as políticas públicas devem se caracterizar pela democratização do usufruto dos bens naturais.

O Turismo é um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem os deslocamentos dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos. Consiste em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam (GASTAL; MOESCH, 2007).

No texto “Por uma epistemologia do turismo”, permite-se perceber que:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o

equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras. (FUSTER, 1974, apud MOESCH, 2004, p. 28).

Neste sentido, o fenômeno do turismo, compreende a demanda e a oferta, pessoas em movimento entre emissores e receptores, desenvolvendo diversas relações nesses pólos, assim como nas vias que os ligam (MOESH, 2002).

A compreensão do fenômeno turístico demanda mais do que o reducionismo em seu tratamento epistemológico, traduzindo-o como uma “indústria”. Não apenas o entendimento da multisetorialidade e da dinamicidade de sua estrutura material. Mas também da complexidade, da transversalidade, da multidimensionalidade e da interdisciplinaridade de um sistema formado por elementos também subjetivos e imateriais. (TASSO, 2014)

Essa compreensão é necessária para cumprir os objetivos do planejamento turístico, estabelecendo congruência com a filosofia cultural, social e econômica do governo e da população do local visitada, bem como, proporcionar uma estrutura ideal para elevar o nível de vida dos residentes, mediante os benefícios econômicos do Turismo (LAGE; MILONE, 1991).

Com isso, o conflito pode ser uma oportunidade para que se fomente e se amplie o Turismo de Natureza ou Ecoturismo na região, de forma planejada e sustentável na dimensão ambiental e econômica, como alternativa possível as questões de uso dos recursos naturais do PNCV.

2.5. Turismo de Natureza

A publicação “Cadernos e Manuais de Segmentação - Ecoturismo: orientações básicas” (BRASIL, 2010) apresenta o ecoturismo como um segmento do Turismo que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. Este conceito é considerado pelo Plano de Manejo do PNCV, elaborado pelo ICMBio, órgão responsável pela administração do Parque.

Essas informações encontram amparo na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo o Ministério do Meio Ambiente como órgão central do sistema, e definindo os órgãos executores, sendo o ICMBio, um deles no âmbito federal (SNUC, MMA, 2011).

O normativo conceituou as unidades de conservação como sendo o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, MMA, 2011).

O SNUC expressa, como um dos objetivos do sistema, favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, e divide as unidades de conservação em dois grupos. O primeiro de “proteção integral”, cujo o objetivo básico é a preservação da natureza, e se subdivide em: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. E o segundo de “uso sustentável”, que é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, subdividido em: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC, MMA, 2011).

O Parque Nacional, de acordo com a previsão legal, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (SNUC, MMA, 2011).

As unidades de conservação e a sua área territorial constituem um bem comum, e conforme o disposto na Lei, podem ser utilizadas para visitação pública. A paisagem cênica e os atrativos naturais são fundamentais para o turismo ecológico, que pode contribuir para a geração de renda e o dinamismo econômico das áreas do entorno, o restabelecimento físico e mental das pessoas, educação ambiental e o lazer.

Neste sentido, é importante perceber que o confinamento territorial do Turismo pode ser entendido como uma extensão contínua de interesses ambientais, equipamentos e serviços, microcosmos, no perímetro dos quais tem de se dar a vida turística (YÁZIGI, 1999).

Todavia, se não respeitado o confinamento territorial, os limites de carga e de utilização dos recursos, estabelecidos no planejamento turístico, essa visitação pode trazer impactos negativos como a degradação dos ecossistemas e as disputas em razão dos interesses de outras atividades econômicas, com o agronegócio por exemplo, uma vez que tornará enfraquecido o discurso de conservação utilizado pelo Turismo.

A fim de minimizar esses impactos negativos, o planejamento turístico tem por finalidade ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atratividade (RUSCHMANN, 1997).

Por outro lado, com relação ao agronegócio, importante destacar que já foi o tempo em que as cidades brasileiras dependiam unicamente da agricultura ou da indústria para sobreviver. Hoje mais de 53% do PIB do país é de serviços. Assim, a conta serviços turísticos é muito importante. (FENIANOS, 1998)

Ao final da década de 1980, com o crescimento da crise ambiental, o Turismo vê surgir uma demanda por um tipo alternativo ao então predominante “sol e praia” (DIAS, 2003). Com ênfase no Turismo em áreas naturais e se mostrando uma

possibilidade para a preocupação com temas como as necessidades de conservação da biodiversidade, a sensibilização da sociedade com relação às questões ambientais e o desenvolvimento de alternativas econômicas que beneficiem a manutenção das áreas naturais e as comunidades locais (RODRIGUES, 2009).

Considerando essas possibilidades, nos tempos atuais, o preço que cada consumidor está disposto a pagar depende não só dos serviços físicos que ele espera obter, como também da felicidade pessoal obtida de uma série de satisfações intangíveis, que são quase sempre “bens livres” (BENI, 2001).

O importante nessa relação de turismo e natureza é a compreensão de que o Turismo tem essa característica: quando bem administrado, os impactos positivos são imensamente superiores aos negativos, e contribuem decisivamente para a preservação, assim como expressa preocupação quanto à exposição dos atrativos e equipamentos as eventualidades negativas e à capacidade de carga excessiva, a fim de não levar todo o produto turístico (oferta turística) a deteriorização total (DIAS, 2003).

Além do que, o Turismo pode contribuir para a conservação por meio de contribuições financeiras, melhorando o planejamento e o gerenciamento ambiental, elevando a consciência ambiental, protegendo e conservando os ambientes naturais, tornando-se uma alternativa de emprego, e estabelecendo limites a visitação em áreas que apresentem ecossistemas frágeis (DIAS, 2003).

Por fim, necessário se faz, ante ao cenário estabelecido, cumprir a metodologia estabelecida para o estudo e entender se o conflito contribui ou prejudica o Turismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

O método, que compreende o conjunto de instrumentos utilizados para iniciar a pesquisa (ANGELO, 2012), tem por objetivo assegurar ao pesquisador e as demais pessoas que os resultados da pesquisa são válidos (LAVILLE, 1999). Neste sentido, entendendo que existe relação entre o mundo e o sujeito (ANGELO, 2012) essa pesquisa, toma por ares, qualitativa, considera as sensações e as sensibilidades dos atores envolvidos no objeto da pesquisa (ANGELO, 2012).

A escolha por uma pesquisa qualitativa se deu devido à necessidade de observação do fenômeno (DENCKER, 1998). O arranjo metodológico foi dividido em três etapas: pré-campo, campo e pós-campo.

3.1. O pré-campo

No pré-campo, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, a fim de permitir salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Nesta etapa foi feita a descrição do loco de estudo pautada em informações coletadas em sites das prefeituras dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João D’Aliança, cidades do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, do ICMBio e do IBGE, bem como outros sites oficiais: SNUC, MTur, entre outros.

Além disso, foi realizada a discussão teórica com os autores de referência na área de conflito socioambiental e de Turismo, tais quais: Nascimento, Ascerad, Moesch, Gastal, Tasso, Lage e Milone, Dias, entre outros.

Na preparação para a ida a campo, foi feita a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que consistiu em um roteiro orientador de perguntas para as entrevistas, que teve como objetivo colher as informações necessárias por meio da visão do entrevistado (DENCKER, 1998).

A abordagem utilizada foi a descritiva que procura descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamento, muito comum na área de lazer e Turismo pelos motivos de incipiência do ramo, da natureza mutante dos fenômenos estudados e a frequente separação entre pesquisa e ação (VEAL, 2011).

3.2. O campo

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, entre os dias 05 a 06 de junho, e em Cavalcante, no dia 07 de junho de 2019. Nestas localidades foram realizadas observações “in loco”, não estruturadas, que procurou registrar os fenômenos, a fim de reconhecer as potencialidades turísticas, os impactos físicos perceptíveis do incêndio de 2017 que pode ter sido causado em razão do conflito, e outros impactos advindos deste incêndio de 2017.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas, organizadas a partir de questões abertas, considerando a possibilidade de abordar aspectos relevantes para as

indagações, pautando a ação para além de escrever as simples respostas enfatizando aspectos não considerados nas questões (ANGELO, 2012), buscando entender as percepções dos diferentes atores a respeito do processo de ampliação do PNCV, do incêndio e dos impactos causados pelo fogo.

As perguntas tinham por interesse esclarecer ao pesquisador os obstáculos e problemas evidenciados durante o processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, as discussões e operacionalização, as conseqüências, prejuízos ou benefícios econômicos para o Turismo, advindos deste processo de ampliação, e para as pessoas que residem em seu entorno, e o entendimento sobre a possível existência de um conflito socioambiental real. Os roteiros constam no **Apêndice I** deste trabalho.

Os entrevistados foram: O ICMBio por meio de e-mail; Secretário de Turismo do município de Alto Paraíso de Goiás; representante dos meios de hospedagem no Conselho Municipal de Turismo do município de Alto Paraíso de Goiás; representante da Associação dos Meios de Hospedagem do município de Cavalcante; e representante da Associação de Moradores da Vila de São Jorge, distrito do município de Alto Paraíso de Goiás.

A coleta de dados, feita em função do problema e das variáveis operacionalizadas para sua solução (DENCKER, 1998), compreendeu as atas das reuniões e consultas públicas com os diversos atores, promovidas pelo ICMBio, por ocasião do processo de ampliação do PNCV, constantes no processo de nº 02070.000116/2011-10, e os áudios transcritos das entrevistas realizadas, observáveis no **Apêndice II** deste trabalho.

É digno de nota que alguns atores que se pretendia entrevistar não aceitaram contribuir com a pesquisa. Outros, não foram encontrados por diversas razões: a não existência de sede das associações que representam, ou por estarem fora do município na época de realização do campo. Outros solicitaram que fossem enviadas as perguntas por e-mail, que as responderiam e devolveriam posteriormente, mas que acabaram por não responder. Quanto aos entrevistados, apenas um deles se sentiu confortável a comentar abertamente a respeito do incêndio de 2017. No total, foram realizadas seis entrevistas, sendo que apenas quatro delas puderam ser gravadas, uma com anotações do pesquisador e uma respondida por e-mail.

3.3. O pós-campo

Por fim, realizou-se a análise dos dados obtidos, por meio de reflexão crítica, pautada nos dados coletados, sendo consideradas apenas as quatro entrevistas gravadas, que foram sistematizadas, a partir das respostas concedidas, em “similaridades, divergências e complementações”, baseando-se na literatura referenciada, a fim de chegar aos resultados e às considerações finais.

CAPÍTULO 4 – “VIAGEM” DO JECA – REFLETIR É MELHOR QUE QUEIMAR

4.1. Caracterização do Conflito Socioambiental

O conflito socioambiental apresenta características que envolvem múltiplos atores e grupos sociais com interesses e projetos distintos (ASSAD, LITRE E NASCIMENTO, 2009), e possui elementos que o define, a natureza, os atores sociais diversos, o campo específico ou arena, o objeto em disputa, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia (NASCIMENTO, 2001), como observado anteriormente, e que se mostram presentes na questão do processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Assim, ressalta-se que o conflito em questão, tem seu cerne na disputa de terra decorrente da ampliação da área do PNCV. E a fim de entender as repercussões para o Turismo, causados pelo conflito, em especial pelo incêndio no ano de 2017, apontado pelos moradores da região como tendo sido causado propositadamente, foi necessário realizar o exercício de caracterização do conflito, conforme a literatura apresentada.

Neste sentido, para identificar e caracterizar o conflito no PNCV tomou-se por base os documentos que instruíram o processo da minuta de Decreto Presidencial e os registros das reuniões de consulta pública, realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), todos no corpo do processo de nº 02070.000116/2011-10, que tratou da ampliação do parque.

Observa-se que no Ofício nº 002/2005/DIREC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de janeiro de 2005, informava à Ministra do Meio Ambiente que: *“durante os governos militares foi redelimitado duas vezes para atender interesses alheios às finalidades para as quais havia sido criado, perdendo 90% de sua área original”*, e que *“como na região considerada a maioria das terras são devolutas do Estado de Goiás, existem interessados em que a ampliação do Parque não avance para que possam pleitear a titulação das mesmas em seu nome”* (grifo do pesquisador).

A Moção nº 107 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, acostada ao processo, direcionada ao Ministério do Meio Ambiente e a sua entidade vinculada ICMBio, no ano de 2009, apresenta uma série de ponderações, entre elas, a importância do bioma Cerrado e do PNCV para a preservação desse bioma, argumentando que: *“o desmatamento no Cerrado, à época, atingia uma área de 20.000 km² por ano, o dobro do que é desmatado na Amazônia”*. (grifo do pesquisador).

Tais documentos, entre outros existentes no processo, expressam a preocupação estatal alinhada às suas atribuições previstas no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, e na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Por outro lado, as gravações das consultas públicas realizadas nos Municípios de Nova Roma, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás, constantes nos volumes

IV, V e VI, mostram que vários atores sociais envolvidos no conflito, têm a preocupação com a regularização fundiária.

Assim, a partir da análise dos documentos mencionados, identifica-se o conflito socioambiental na região da Chapada dos Veadeiros, e em especial no Parque Nacional. A sua caracterização pôde ser consumada no **Quadro 1** a seguir.

Objeto do Conflito
Aproximadamente 175.000 hectares de área (terra) no noroeste do estado de Goiás, para a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
Aspectos histórico-evolutivos do conflito
<p>O Decreto Federal nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, criou o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com uma área total de 625.000 hectares. Em 1972 um novo Decreto alterou o original, e a área foi reduzida a aproximadamente 172.000 hectares. Em 1981, outro Decreto reduziu ainda mais a área, para pouco mais de 65.000 hectares. No ano de 2001, um novo Decreto ampliou a área do Parque para, aproximadamente, 250.000 hectares. Contudo, este foi revogado em julgado do Superior Tribunal Federal, retornando aos pouco mais de 65.000 ha. A partir daí, o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio iniciaram um processo, atendendo aos requisitos legais, para a ampliação do Parque, que foi efetivada com a assinatura de Decreto pelo então Presidente Michel Temer, em junho de 2017, quando então o Parque passou a contar com uma área de 240.661 ha.</p> <p>Ocorre que no meio desse encolhe-estica (efeito sanfona) da área do PNCV, muitas pessoas já possuíam as suas vidas estabelecidas na área, ou ali adquiriram uma propriedade e construíram uma história.</p> <p>Para além dos interesses material/simbólicos dessas pessoas, a região mobiliza outros interesses de uso da terra e de exploração econômica dos recursos naturais escassos, ali existentes, como por exemplo, as mineradoras no Município de Cavalcante – GO.</p> <p>Assim, a área virou palco de conflitos socioambientais, com desdobramentos importantes na dimensão social, uma vez que a região possui baixos índices de desenvolvimento humano e tem sua economia principalmente voltada para as atividades de agricultura e pecuária.</p>
Caracterização dos principais atores sociais
Ator (ou grupo de atores): Ministério do Meio Ambiente
Posição no conflito: Favorável a ampliação da área do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: conservação e preservação da biodiversidade; manutenção do título de patrimônio natural da humanidade – UNESCO.
Recursos/Alianças: ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás.
Ator (ou grupo de atores): ICMBio
Posição no conflito: Favorável a ampliação da área do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação e preservação da biodiversidade; manutenção do título de patrimônio natural da humanidade – UNESCO.
Recursos/Alianças: - Ministério do Meio Ambiente; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás.
Ator (ou grupo de atores): Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás
Posição no conflito: Favorável a ampliação da área do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação e preservação da biodiversidade; manutenção do título de patrimônio natural da humanidade – UNESCO.
Recursos/Alianças: ICMBio; Ministério do Meio Ambiente.

Ator (ou grupo de atores): Prefeitura de Cavalcante - GO
Posição no conflito: Contrário a ampliação do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária; geração de emprego e renda; e abertura do portão norte do PNCV.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás - GO
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária; e geração de emprego e renda.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Cavalcante – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Prefeitura de Teresina de Goiás - GO
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária; e geração de emprego e renda.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Teresina de Cavalcante – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Prefeitura de Nova Roma - GO
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária; e geração de emprego e renda.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Cavalcante – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Cavalcante – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Cavalcante – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.

Ator (ou grupo de atores): Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Cavalcante – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Ator (ou grupo de atores): Câmara de Vereadores do Município de Nova Roma.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás – GO; Prefeitura de Cavalcante – GO; Prefeitura de Teresina de Goiás – GO; Prefeitura de Nova Roma – GO; Câmara de Vereadores do Município de Cavalcante; Câmara de Vereadores do Município de Alto Paraíso de Goiás; e Câmara de Vereadores do Município de Teresina de Goiás.
Ator (ou grupo de atores): Pequenos Produtores Rurais.
Posição no conflito: Contrários a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Receio de perder a terra; produção familiar e sobrevivência; e sentimento de pertencimento (simbólico).
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Proprietários de terras na área de amortecimento do Parque; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; e FNL/GO - Movimento Sem Terra;
Ator (ou grupo de atores): Proprietários de terras na área de amortecimento do Parque.
Posição no conflito: Contrários a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Receio de perder a terra; receio de ter prejuízos econômicos; e sentimento de pertencimento.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; FNL/GO - Movimento Sem Terra.
Ator (ou grupo de atores): Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
Posição no conflito: Contrário a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Proprietários de terras na área de amortecimento do Parque; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; FNL/GO - Movimento Sem Terra.
Ator (ou grupo de atores): Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; - Sindicato dos Trabalhadores Rurais; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; Associação Quilombola do Povoado Moinho; e Instituto Oca Brasil.

Ator (ou grupo de atores): FNL/GO - Movimento Sem Terra.
Posição no conflito: Contrário a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Reforma agrária; direito de morar na terra; e agricultura familiar.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; Sindicato Rural; Associação Quilombola do Povoado Moinho; e Instituto Oca Brasil.
Ator (ou grupo de atores): Sindicato Rural.
Posição no conflito: Contrário a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Associação de RPPN's; Associação Quilombola do Povoado Moinho; e Instituto Oca Brasil.
Ator (ou grupo de atores): COMTUR - Cavalcante/GO.
Posição no conflito: Favorável a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação da paisagem cênica; ampliação do ecoturismo.
Recursos/Alianças: Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás; Associação Comercial de Turismo e Ecologia; Rede de Integração Verde - Fundação Mais Cerrado; Associação de Guias SERVITUR; e Movimento-Somos Água.
Ator (ou grupo de atores): Associação de RPPN's.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Manutenção das propriedades e Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Associação de RPPN's; Associação Quilombola do Povoado Moinho; e Instituto Oca Brasil.
Ator (ou grupo de atores): Associação Comercial de Turismo e Ecologia.
Posição no conflito: Favorável a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação da paisagem cênica; e ampliação do ecoturismo.
Recursos/Alianças: Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás; Associação Comercial de Turismo e Ecologia; Rede de Integração Verde - Fundação Mais Cerrado; Associação de Guias SERVITUR; e Movimento-Somos Água.
Ator (ou grupo de atores): Rede de Integração Verde - Fundação Mais Cerrado.
Posição no conflito: Favorável a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Preservação da biodiversidade.
Recursos/Alianças: - Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás; Associação Comercial de Turismo e Ecologia; Associação de Guias SERVITUR; e Movimento-Somos Água.
Ator (ou grupo de atores): Associação de Guias SERVITUR.
Posição no conflito: Favorável a ampliação do PNCV.

Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação da paisagem cênica; e ampliação do ecoturismo.
Recursos/Alianças: Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás; Associação Comercial de Turismo e Ecologia; Rede de Integração Verde - Fundação Mais Cerrado; e Movimento-Somos Água.
Ator (ou grupo de atores): Movimento-Somos Água.
Posição no conflito: Favorável a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Preservação da biodiversidade e preservação das fontes hídricas.
Recursos/Alianças: Ministério do Meio Ambiente; ICMBio; Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás; Associação Comercial de Turismo e Ecologia; Rede de Integração Verde - Fundação Mais Cerrado e Associação de Guias SERVITUR.
Ator (ou grupo de atores): Associação Cidadania Transparência e Participação.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Manutenção das propriedades e Regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Associação de RPPN's; Associação Quilombola do Povoado Moinho; e Instituto Oca.
Ator (ou grupo de atores): Associação Cristal de Comercial de Turismo.
Posição no conflito: Favorável, com ressalva em relação a regularização fundiária.
Motivações/Interesses/Necessidades: Conservação da paisagem cênica; e ampliação do ecoturismo.
Recursos/Alianças: Não claramente definido.
Ator (ou grupo de atores): Associação Quilombola do Povoado Moinho.
Posição no conflito: Contrária a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Regularização das áreas Quilombolas.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Associação de RPPN's; e Instituto Oca Brasil.
Ator (ou grupo de atores): Instituto Oca Brasil.
Posição no conflito: Contrário a ampliação do PNCV.
Motivações/Interesses/Necessidades: Manutenção das propriedades; e regularização fundiária.
Recursos/Alianças: Os poderes executivos e legislativos municipais; Pequenos Produtores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - Sindicato Rural; Associação Cidadania Transparência e Participação; FNL/GO - Movimento Sem Terra; Associação de RPPN's; e Associação Quilombola do Povoado Moinho.

Quadro 1: Caracterização resumida do Conflito Socioambiental no PNCV

Fonte: próprio autor.

Os atores do conflito debatido até aqui, dispõem de uma reunião de idéias, status e posição de poder (NASCIMENTO, 2001) que sustentam as posições adotadas. Neste caso, por um lado o Estado – Poder Executivo Federal – ampara-se na necessidade da preservação da biodiversidade e, principalmente, nas determinações das

Leis Federais, enquanto, os atores em oposição, apesar de também utilizarem as Leis, lançam mão da figura do fogo.

O fogo assume, então, um duplo papel. O primeiro dá corpo ao argumento dos “proprietários – posseiros”, que ao adotarem comportamentos de modificação da cultura de manejo da terra com o fogo, para outra que não o utiliza, demonstram uma preocupação com a preservação ambiental em especial com o PNCV. E o segundo, apresenta o fogo como instrumento de ameaça. E neste sentido, tornou-se importante a observação “in loco” (**FIGURA 16**) do poder de impacto do fogo, principalmente para o turismo no PNCV.



Figura 16: Na estrada para a observação

Fonte: próprio autor, 2019.

4.2. Observação “in loco”: para além do fogo

Relevante pensar que os discursos, sejam eles baseados em qualquer uma das dimensões (econômica, ambiental, social), estão inseridos no fenômeno da globalização. Para um melhor entendimento dessa parte da pesquisa, torna-se importante

(...) considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2001, p. 18).

Do que se pôde observar entre os atores envolvidos no conflito socioambiental na região do PNCV, os elementos do conflito, a disputa pela terra, ainda podem ser percebidos na região. Indicando que a abordagem de gestão de conflitos utilizada perseguiu a eficiência nos resultados e a superação de situações de crise, mais do que a solução do conflito, o que limitou os resultados e manteve as causas subjacentes intocadas (VARGAS, 2007).

A afirmação acima é corroborada com a observação do pesquisador de que o assunto “incêndio”, no PNCV no ano de 2017, parece ser proibido. Poucos falam do evento, e quando o fazem, são cautelosos. Os impactos sociais com as desapropriações é o mais sentido, a gerência de recursos escassos (BAUMAN, 2001), não atende

satisfatoriamente a preservação ambiental, o crescimento demográfico, a expansão das fronteiras agrícolas, a urbanização, a industrialização e, principalmente, a obtenção de lucros (GOMES, 2017), e isso deixa marcas.

O órgão gestor do PNCV (**FIGURA 17**) informou que após a ampliação da área do PNCV, realizou um processo de licitação para terceirizar a exploração turística do Parque, que está em fase de implantação. Uma empresa privada irá assumir a exploração turística do bem público. Como os prestadores de serviço na atividade turística devem estar muito atentos à qualidade dos serviços que fornecem (URRY, 2001), pode ser este uma oportunidade de melhorias no atendimento ao turista, bem como, nas demais atividades desenvolvidas pelo órgão gestor.



Figura 17: Entrada do PNCV - ICMBio

Fonte: próprio autor, 2019.



Figura 18: O hotel e os ETs em Alto Paraíso de Goiás

Fonte: próprio autor, 2019.

Neste sentido, as consultas públicas realizadas pelo ICMBio nos municípios de Nova Roma, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás, entre os dias 16 a 18 de setembro de 2015, tinham por objetivo apresentar a proposta de ampliação da área do PNCV para a sociedade, em cumprimento ao que determina a legislação que trata da criação e ampliação de uma unidade de conservação. Aqui se ressalta que os benefícios do Turismo eram apontados pelo órgão estatal como alternativa econômica viável e possível, compatível com a preservação e conservação ambiental.

Por esse viés, apesar de existir um grande conflito entre o desejo dos turistas e dos operadores do turismo, e a necessidade de conservar e preservar as belezas naturais. Os primeiros querem aumentar cada vez mais o número de locais a serem visitados, e a quantidade de pessoas que podem ter acesso às práticas turísticas (URRY, 2001), o Turismo por meio de um bom, sólido e participativo planejamento turístico, tende a distribuir os benefícios econômicos e a preservar os atrativos, elemento essencial do seu produto.

Do incêndio de 2017, os vestígios (**FIGURA 19**), praticamente não existem mais na área visitável do Parque, e pelo que se pôde observar, a visitação acontece normalmente com, aproximadamente, trezentos turistas diários fazendo as trilhas e visitando os atrativos naturais ali existentes (**FIGURA 20**), indicando que aparentemente as repercussões para o Turismo foram positivas sob o aspecto de dar visibilidade para a região, e as repercussões negativas foram reduzidas e restringiram-se ao mês do evento.



Figura 19: Vestígios de fogo na trilha do PNCV
Fonte: próprio autor, 2019.



Figura 20: Pequenos visitantes no PNCV
Fonte: próprio autor, 2019.

Essas impressões, do que foi observado no PNCV e entorno, ajudam a construir o caminho para a identificação das repercussões para o Turismo local diante do cenário de conflito existente no Parque e região, que serão confirmadas ou não pela análise das percepções dos entrevistados.

4.3. Entrevistas: Calibrando e sincronizando

As entrevistas para obtenção de dados por meio da comunicação verbal (DENCKER, 1998), objetivaram a confirmação da percepção sobre a repercussão para o Turismo local, de que o conflito socioambiental relacionado à ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros seria o fator motivador do incêndio ocorrido no ano de 2017, e este incêndio também teria repercutido de alguma forma no Turismo da região.

A meta inicial da pesquisa era entrevistar onze atores, representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, envolvidos direta e indiretamente com o fenômeno do Turismo, sendo um ator do setor público federal, cinco atores do município de Alto Paraíso de Goiás, e cinco atores do município de Cavalcante. Contudo, só foi possível realizar quatro entrevistas gravadas e uma entrevista não gravada. Dois entrevistados não quiseram contribuir com relatos orais e solicitaram que as perguntas fossem encaminhadas por e-mail. Deles, apenas um respondeu, e quatro atores não foram encontrados nos dias em que o campo foi realizado.

Desta forma, foram consideradas para essa análise as respostas de cinco atores, sendo um do setor público federal que enviou as respostas por e-mail, um do setor público municipal, dois representantes dos meios de hospedagem dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, e um representante da sociedade civil da Vila de São Jorge, distrito de Alto Paraíso, que tiveram as entrevistas gravadas.

As respostas foram sistematizadas segundo relatos que demonstrassem conteúdos contendo similitudes, contradições e complementações, e a partir disso foram analisadas, baseando-se na literatura referenciada, uma vez que algumas perguntas constantes nos instrumentos de pesquisa aplicados a cada ator repetiam-se para todos os entrevistados e outras, a mais, para o gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e para a associação de moradores, por ter, o primeiro, relação direta e responsabilidades com o parque e o segundo por vivenciar diretamente todos os eventos na região.

4.3.1. A importância do Parque na economia local.

Uma das perguntas feitas (só não ao órgão gestor do parque) foi sobre a importância do Parque para o setor ao qual o entrevistado representava. O objetivo dessa pergunta era identificar a percepção dos entrevistados com relação à importância do Parque na Economia local, e as respostas são as do **Quadro 2** a seguir:

<p>Entrevistado 1</p>	<p><i>Bom, a questão do Parque para o município, ele trouxe inclusive..., hoje turisticamente é um dos pólos turísticos, é um dos pontos turísticos, um dos mais atrativos mais importantes que nós temos pela beleza que temos lá internamente são as várias cachoeiras, cânions, prática de rapel, então para nós, em termos de turismo, o parque é muito importante porque está na entrada do distrito de São Jorge que faz parte do município de Alto Paraíso.</i></p> <p><i>Ele, na realidade, ele traz, ele não deixa de ter uma economia porque ele atrai turistas ao município, agora, com a terceirização do parque é que a empresa que conseguiu a concessão para explorar o parque durante 20 anos tá montando toda um estrutura que a partir de 25 de junho serão cobradas as entradas para o parque, conseqüentemente, gerará impostos ao município. Tá? Então isso vai acontecer agora após a concessão do parque para essa</i></p>
------------------------------	---

	<i>empresa que é a FACIPLAC e a PLACTUR.</i>
Entrevistado 2	<p><i>Ele é um produto, digamos assim, que atrai pessoas do mundo todo, porque sem essa natureza, sem essa preservação a gente não teria o que ofertar. Porque se deixar a vontade isso vai se destruindo e daqui a pouco a gente não vai ter mais nada.</i></p> <p><i>Na verdade, o Alto Paraíso só começou a crescer quando começou essa divulgação dessa natureza. E quando isso aconteceu foi quando a gente começou a obter mais esse aspecto, né, de turista, tanto é que a gente tem couros que ... melhores do mundo. E isso ajuda bastante de uma forma nacional e principalmente internacional.</i></p>
Entrevistado 3	<p><i>Olha .. ela é uma base assim né, bem sólida de todo essa ... esse turismo da Vila. Ele que é o grande catalizador de turistas assim, né? Então o pessoal vem no grande intuito de conhecer o Parque Nacional e conseqüentemente conhece os outros atrativos. Mas eu acho que ele é o grande atrativo, assim né? ... vamos dizer assim.</i></p> <p><i>eu acho que ele contribui, éh ... èh assim ... com a divulgação ... é com a divulgação, ... é ... da chapada pra atrair esse turista e daí conseqüentemente vai estar gerando emprego, tanto diretamente lá no parque, né? Com ... com todas as áreas lá, tipo atendimento, brigadistas ...todas as áreas tem muitos moradores ali trabalhando diretamente. Indiretamente com esses turistas que eles trazem gera os empregos, né? Nos meios de hospedagem, nos de alimentação, então eu acredito que é uma grande importância, assim econômica.</i></p>
Entrevistado 4	<p><i>Desde que eu estou aqui eu faço parte do Conselho do Parque Nacional, então a gente vem trabalhando no sentido viabilizar a abertura desse acesso aqui por Cavalcante, entretanto as políticas governamentais, a própria visão, seja do âmbito municipal mesmo e do federal, elas acabaram não propiciando isso daí até o momento. A gente já esteve bem próximo de conseguir a abertura desse acesso, porém ele nunca aconteceu de fato. Novamente, agora com o processo de ampliação, recentemente foi feito um novo plano de manejo, pelo menos a coleta de informação para a confecção desse novo plano foi agora no final do mês de maio, ali a gente citou novamente essas possibilidades de acesso em Cavalcante, ha uma sinalização do órgão, do ICMBIO, para que isso daí se concretize através da conclusão dos processos de desapropriação, resolver a questão fundiária do parque, pra ai sim dar acesso as essas áreas. Então o parque é sim muito importante. Até o momento a gente não tem um reflexo direto. A presença do parque pelos aspectos de biodiversidade é incalculável, mas financeiramente ainda não.</i></p>

Quadro 2: Respostas dos entrevistados para a primeira pergunta comum a todos.

Fonte: próprio autor.

As respostas apresentam similitudes no que diz respeito à importância do Parque enquanto um atrativo turístico e ainda corroboram com o que determina o SNUC: salientaram objetivo básico da preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, MMA, 2011).

Para essa pergunta não ocorreu divergências a serem registradas, todos percebem a importância do Parque pelas belezas naturais, que precisam ser conservadas, e que se configura o principal atrativo para os turistas, assim contribuindo para a economia dos Municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante.

O Turismo na região no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está segmentado no turismo de natureza ou ecoturismo, que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010).

4.3.2. O processo de ampliação do PNCV.

Para esta parte da análise foi considerada a pergunta: Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV? Essa pergunta objetivava conhecer as percepções sobre as discussões e operacionalização da ampliação do Parque, buscando entender o posicionamento dos setores representados pelos entrevistados com relação ao tema e as respostas são as do **Quadro 3** a seguir:

Entrevistado 1	<i>A ampliação do parque em si traz uma polemica grande até, de o senhor se for pertinente ir à secretaria de meio ambiente que ela teria mais informação com relação à ampliação do parque, as consequências que isso trouxe para o município. O que eu vejo que eu tenho acompanhado é que muitos moradores que já existia dentro dessa área de ampliação estão a mais de 100 anos, ou seja, estão sendo desapropriados, não vão ser remunerados de acordo com aquilo que eles achavam que a terra deles valeria, então, isso é uma questão ambiental. Ela não trouxe assim uma consequência para o turismo essa ampliação. Trouxe sim para os moradores que ali existiam nessa área de ampliação do Parque Nacional.</i>
Entrevistado 2	<i>Não, não participei.</i>
Entrevistado 3	<i>Então... é ... foi... de certa forma é um assunto polêmico, que rende muita conversa. Então ... acho que foi um processo assim ... feito de forma transparente. Teve audiências públicas, teve diversos esclarecimentos, né? ... e assim ... a gente reconhece a importância dessa ampliação pra conservação de todo o território. Então eu acho que foi, de forma assim participativa. Quem tava interessado tinha a oportunidade de ter o conhecimento, né? Do que tava acontecendo de como que seria a questão ... Que daí a questão polêmica disso tudo é a questão é ... da desapropriação de terras dentro do parque, mas isso foi bem informado, tem até uma pessoa dentro do parque que cuida só disso, então foi esclarecido em diversas oportunidades todas essas questões. Daí ficou assim alguma pessoa ou outra acaba ... é ... de certa forma achando ruim e tal..., mas por falta de ter o acesso aquela informação, que as vezes ela também não ... num ... chegou até ela, né? ... assim, não se dispôs a ir e participar da reunião. Porque assim, ninguém chegou batendo na casa da pessoa. Acho que isso eles estão fazendo agora nesse segundo momento, que ampliou e agora sim, eles estão passando meio que tipo fazendo essas visitas in loco e tal ... Então, eu acho que está sendo um processo... assim... de certa forma harmônico, ali, né? Ta .. ta ... dentro dos padrões que tem que seguir, né? Com audiência pública, com a participação popular, tal ... Ele foi de certa forma, meio inesperado assim que veio ... tem dois anos já né? Que na época, foi ... eles (incompreendido).</i>
Entrevistado 4	<i>No caso o processo de ampliação dentro do momento inicial ele se deu dentro das esferas governamentais, por eu faço parte do conselho eu tive acesso a esse processo e obviamente eu reportava isso daí aos colegas aqui, mas efetivamente ele se tornou público quando a gente teve uma audiência pública para a apresentação da proposta, onde dai os limite foram apresentados a comunidade, teve os questionamentos, teve muita gente indo contra, inclusive todos os prefeitos da região foram contra, em virtude dessa</i>

	<i>visão antagônica, acham que a preservação não é um bom negócio e que a mineração e o agronegócio são mais viáveis para o desenvolvimento.</i>
--	--

Quadro 3: Respostas dos entrevistados para a segunda pergunta comum a todos.

Fonte: próprio autor.

As respostas dadas transmitem a visão dos entrevistados com relação à existência do conflito socioambiental, expõe e confirmam as posições dos atores envolvidos e os interesses defendidos. Equilibrar esses interesses diversos que é o grande desafio para todos que trabalham buscando o desenvolvimento sustentável, integrar objetivos econômicos com a preservação ambiental e a equidade social (ASSAD, 2009).

Neste sentido de sustentabilidade, outra percepção a destacar, contida no relato do Presidente da Associação de Moradores, foi: “(...) a gente reconhece a importância dessa ampliação pra conservação de todo o território”. Também vale destacar o relato do Representante dos Meios de Hospedagem de Cavalcante: “(...) dessa visão antagônica, acham que a preservação não é um bom negócio”, que chama a atenção para necessidade econômica e para a importância da preservação.

4.3.3. Consequências da ampliação do Parque.

Este item teve por objetivo identificar se a ampliação do Parque foi percebida com repercussão positiva ou repercussão negativa para o turismo na região, esperava-se que nesta temática ocorresse citações ao incêndio ocorrido em outubro de 2017, sendo as respostas dadas no **Quadro 4** a seguir:

Entrevistado 1	<i>Não, pelo seguinte, porque a ampliação do parque independe da operação do Parque Nacional das Cachoeiras, do atrativo Parque Nacional. Então a ampliação do parque em si não trouxe nenhuma consequência para o turismo porque não paralisou nada das operações, tudo continua normalmente. Então essa ampliação trouxe, como eu disse, consequência para os moradores que estavam nas áreas.</i>
Entrevistado 2	<i>Não, quanto à relação do turista não, mas quanto ao próprio proprietário que tinha a sua área que foi tomada por essa ampliação, ele sim, tem todo o processo dele, mas nada que venha atingir o comércio, pelo contrário.</i>
Entrevistado 3	<i>É, então, algumas pessoas se sentiram prejudicadas pelo sentido da ... da certificação da terra ali, assim de forma legal mesmo, né? No cartório, tal ... Porque muita gente tem terra aqui, mas compra tipo de um, de outro, tal ... só vai repassando meio que pelos contratos de gaveta ta ... Não tem aquela coisa formal, aquela escritura mesmo e tal ... Então estas pessoas se sentiram prejudicadas e tal ... mas eu acho que tem que seguir o processo legal mesmo da história, né? Não tem que falar: eu sou dono daquela terra, meus papel aqui, sem uma legitimidade, né? Então, isso foi o ponto polêmico dessa questão, assim, que envolve até, eu vejo, o plano diretor do município, que ta até em processo de revisão. Nesse processo do plano diretor, que aí vai ta lá determinado, pode ter lote a partir de tantos mil metros, tal ... Então, as vezes tem gente que loteou terra, tipo, lote de quinhentos metros em área rural, sendo que o mínimo tem que ser, sei lá, quarenta mil que é pra ter uma estrutura. Então acho que isso, vem com o plano diretor que está sendo revisto agora. E daí, não dá pra mensurar muito ainda, porque ta o processo, tipo, ta a lei né? Tem a lei, mas ainda ela não</i>

	<p><i>foi implementada, então a gente está nesse processo de implantação ainda que ta se construindo.</i></p> <p><i>Olha, eu acho que baseado na ampliação, não interferiu muito ainda, nessa visão da ampliação, tendo a ampliação com base. Mas o fluxo turístico vem crescendo, mas eu acho que é outros fatores que envolve aí esse crescimento, pode ser a questão do asfalto, a questão da divulgação maior e tal ... Então ta em evidência na mídia. Então eu acho que esses são fatores que potencializam mais o turismo do que a própria ampliação. A ampliação ainda não trouxe de fato uma influência nesse aumento. Acho que isso vai vir mais a médio prazo.</i></p> <p><i>Sim... Sim...</i></p> <p><i>Criminosa ..É</i></p> <p><i>Oh ... no meu ponto de vista, foram incêndios criminosos. Porque, assim, eu mesmo sou um brigadista voluntário e tal. Então, assim, a gente fez o curso e tudo, e todas... e vê como surge um fogo natural. Ele é natural, o cerrado tem assim uma queimada, faz parte do processo. Mas a forma que se deu. Porque daí, vamos supor, a gente tem as ... as ... áreas, né? De...de ... proteção, assim, é ... è isso, tem os aceiros, daí, o que, que aconteceu?, ... ah ... ah ... uh ... o início das queimadas, começava sempre na hora mais quente do dia e daí, nos dois pontos, tipo, tem um aceiro aqui, e aí ... queimada aqui e queimada aqui ... Então assim, ... várias evidências que mostram que ... que ... de fato foi um incêndio criminoso e muitas pessoas ligam isso como uma retaliação da ampliação, dessas pessoas que ficaram insatisfeitas, né? Com essa ampliação que de certa forma foram prejudicadas e meio que uma retaliação assim.</i></p> <p><i>É ... Não o período todo, mas dentro desse período, alguns dias ficou fechado, até por questão de segurança mesmo, porque tinha queimada assim pegando trilha tal ...Então ...</i></p>
<p>Entrevistado 4</p>	<p><i>Ainda não, ainda não da pra gente dizer que teve...</i></p> <p><i>Não. É assim pra questão turística não. Assim, eu vou dizer que teve um grande aspecto negativo que foi logo após o anuncio da ampliação onde a gente teve em 2017 uma serie de incêndios criminosos que obvio a gente não consegue identificar quem foram os autores, mas que há sim uma ligação direta com os proprietários e os setor de agronegócio que foram atingidos pela ampliação. E a propagação desses focos de forma descontrolada isso daí obviamente impactou no turismo naquele momento especifico, porque na hotelaria várias reservas foram canceladas, então você teve um impacto momentâneo.</i></p>

Quadro 4: Respostas dos entrevistados para a terceira pergunta comum a todos.

Fonte: próprio autor.

Quanto às respostas dadas para este subitem, a opinião dos entrevistados convergiu no sentido de que a ampliação do Parque não trouxe consequências diretas e expressivas para o Turismo, de forma geral, pois o fluxo de turistas se manteve no mesmo patamar que o anterior da ampliação. A única ressalva se deu na fala do Presidente da Associação de Moradores, que relatou que “(...) o *fluxo turístico vem crescendo, mas eu acho que é outros fatores que envolve aí esse crescimento. Pode ser a questão do asfalto, a questão da divulgação maior, e tal*”, trazendo esse olhar de que o turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (MOESCH, 2002).

Mencionam em acréscimo o incêndio de 2017, chamando a atenção para o envolvimento de todos os moradores da região no combate, ou no apoio de quem combatia. Mas os entrevistados deixaram claro, também, que se o fogo causou

prejuízos, paradoxalmente também causou benefícios, principalmente em termos de visibilidade e propaganda para a região, aumentando o fluxo logo após o evento, o que teria compensado os prejuízos econômicos causados para o Turismo na ocasião do incêndio.

4.3.4. Repercussões a partir do processo de ampliação do Parque.

O objetivo da pergunta voltada para esse tema foi identificar se houve, a partir do processo de ampliação do PNCV, algum prejuízo ou benefício, existindo também a expectativa do pesquisador que os entrevistados pudessem oferecer elementos que permitissem a quantificação desses prejuízos ou benefícios. As respostas constam no **Quadro 5** a seguir:

Entrevistado 1	<i>Até o presente momento não. A nossa frequência, inclusive, anual, que é registrada no parque, ela varia entre 65 e 70 mil turistas ano, que agora com essa a terceirização do parque a expectativa da empresa que ganhou essa licitação é pra ter um público 100 mil turistas ano. Já tá dentro dessa resposta que eu te dei.</i>
Entrevistado 2	<i>Ficou na mesma coisa. Na verdade, o que realmente fez o fluxo diminuir é a própria crise do Brasil, a própria crise do Brasil que fez realmente essa queda. A gente tinha um fluxo, assim, aquela curiosidade do brasileiro, de divulgação na mídia, de querer vir conhecer, tanto é que existe outros lugares aqui no Goiás que eles vem conhecer Alto Paraíso e não voltam para outros atrativos em outras regiões. Porque Alto Paraíso tem uma natureza inigualável, então, na minha opinião, ficou tudo certo com a ressalva do que está acontecendo no Brasil. Não, nenhum. Pelo contrário, ficou mais forte. É porque é gostoso, né. “Convivendo”(?) com o cliente, ele saber que existe uma conscientização ambiental na região que ele tá visitando, né. De saber que daqui a alguns anos que ele vai voltar aqui vai ter aquilo preservado, entendeu? Esse conforto a gente tem bastante em relação a isso. Porque na verdade a maioria dos turistas eles vem com o objetivo da natureza mesmo, de amar a natureza, não é aquele que vem “a vou curtir só, tô de passagem”, ele vem mesmo para se inteirar.</i>
Entrevistado 3	<i>Eu acho que a ampliação ainda não trouxe esse resultado, assim de fato, eu acho que isso é uma coisa que vai vir assim a médio, longo prazo, até pela questão de determinar as áreas mesmo, que daí tem todo um processo. Que aí a gente tem um cercamento do parque. O parque é cercado. Com essa área que é ... essa área inicial, né? Agora a ampliação, ela não está cercada ainda de fato, onde que é. E daí ela integra outros atrativos, tal ... que ainda não foi feito. Então a gente só vai ter esse reflexo, quando de fato for implementado mesmo a ampliação. Que ainda não foi, é ... Que daí é cercamento. Que daí é regularização fundiária, pagamento de todo mundo que tá dentro do parque. Daí, assim, que vai liberar um acesso, assim, a proposta é liberar uma entrada lá por Cavalcante, então, a hora que implementar isso de fato, aí sim vai começar a ter um resultado, né? De...de ... influência. Mas por enquanto ainda não teve.</i>
Entrevistado 4	<i>É, mas isso foi momentâneo, né. Logo depois, aí teve aí sim um impacto positivo pela grande mobilização, que a gente teve, todos os olhares foram voltados para a chapada, então a gente teve todas as pessoas se engajando na causa, doando para o combate ao incêndio, pessoas que se voluntariaram e vieram pra cá para combater.</i>

	<i>Não. A mão de obra é fixa, todo mundo contratado de carteira assinada, então a gente tem que assumir essas pontuações.</i>
--	---

Quadro 5: Respostas dos entrevistados para a quarta pergunta comum a todos.

Fonte: próprio autor.

Todos os entrevistados são de opinião que houve repercussões positivas e negativas para o Turismo na região. As respostas não apresentaram percepções divergentes.

4.3.5. Redução brusca de fluxo turístico.

A pergunta que tratou dessa temática teve por intenção verificar se houve uma baixa no fluxo turístico, bem como colher elementos que permitissem identificar em qual período e por qual motivo. As respostas no **Quadro 6** a seguir:

Entrevistado 1	<i>Não. Hoje nós temos mantido essa frequência entre 65 e 70 mil turistas ano. Em períodos de feriados prolongados nós chegamos a ter aqui no município em torno de 15 mil pessoas em um feriado prolongado, como é o caso desse que vamos ter agora dia 20 de junho, que ele pega quinta, sexta, sábado e domingo, então a expectativa é de ter em média 15 mil turistas dentro do nosso município.</i>
Entrevistado 2	<i>Sim, isso bastante por conta dessa crise no Brasil. Isso eu digo pra ti que teve uma queda muita grande, muito grande mesmo. Por exemplo, a gente vê isso, é, “com”(?) 2016/17 a gente não via nenhum cliente pedindo cancelamento, era a coisa mais rara a gente ver isso. Depois disso a gente começou a ter muitos cancelamentos muitos mesmo. Mas isso, volto a disser, ao fator crise.</i>
Entrevistado 3	<i>Que foi isso, mas foi interessante, que daí teve esse ... esse ... período da baixa, que a queimada causou, mas, após isso, começou a vir uma crescente, de ter aquele fluxo constante. Daí assim, a gente até em algumas conversas assim, a gente supôs que a queimada de certa forma também potencializou isso. Porque daí a divulgação foi tanta, que daí depois teve até, vamos supor, os empresários daqui, todo mundo cobrou muito da, vamos supor, Correio Braziliense, pois lá numa capa: Era uma vez um paraíso. Como se tivesse destruído, acabado tudo, né? Acabou a Chapada dos Veadeiros. É ... mas também, depois teve uma cobrança bem grande aqui dos empresários e da comunidade, com o Correio Braziliense por exemplo, Óh, agora que queimou na queimada, agora tem que refazer, e aí, fizeram. Uma matéria bem bacana divulgando, renasceu das cinzas ... tal ... e até a Globo mesmo, veio com o Globo Repórter e fez uma matéria do pós queimada e tal ... tudo isso depois trouxe ... potencializou, assim, o turismo e de certa forma, no período da queimada diminuiu, foi uma coisa natural também, todo mundo ficou assim preocupado com medo, mas depois, contribuiu, e a gente vem numa crescente, que até este mês mesmo, agora de maio, que passou assim, surpreendeu assim, um fluxo constante, todo fim de semana, gente, assim, tal ... Então tá numa crescente agora. Foi só no período da baixa mesmo da queimada.</i>
Entrevistado 4	<i>Sim, só em virtude do fogo, porque daí muitos atrativos acabaram ficando difíceis de serem visitados, a região tava muito esfumada. Então o ambiente em si não tava adequado.</i>

Quadro 6: Respostas dos entrevistados para a quarta pergunta comum a todos.

Fonte: próprio autor.

Na visão de dois dos entrevistados no período da queimada, houve uma diminuição brusca no fluxo turístico, mas ainda assim, um deles, mostra um olhar positivo, no sentido, em que propiciou à comunidade uma união em prol da superação do fogo. Por outro lado, o entrevistado 2 aponta a crise no Brasil como causa da diminuição do fluxo.

O Entrevistado 1 diverge dos demais, tendo uma percepção de que não houve redução brusca no fluxo turístico, que o fluxo tem se mantido entre 65 a 70 mil turistas por ano, destacando ainda que em períodos de feriados prolongados o fluxo chega a 15 mil turistas.

4.3.6. Entrevista junto ao ICMBio.

Para a primeira questão: Quais são os principais problemas/obstáculos enfrentados hoje pelo ICMBio na gestão do PNCV?, O ICMBio sugeriu a busca pela resposta no plano de manejo do PNCV, sendo está a mesma resposta para a pergunta: Além da atividade turística, alguma outra atividade econômica ocorre no Parque? Se sim, qual? Essas perguntas objetivavam conhecer se os possíveis obstáculos, problemas e outras atividades econômicas impactavam o Turismo na região.

Com relação às perguntas: Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV? Quais as principais conseqüências sentidas, decorrentes dessa ampliação? Foi percebido regionalmente algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação? Sugeriu que se fizesse contato com a Coordenação de Criação de UC (COCUC/DIMAN/ICMBio), o que não foi possível ao pesquisador.

A pergunta: Existe alguma intenção, por parte do ICMBio, em criar uma nova entrada de acesso ao PNCV? Objetivou verificar o fomento ao Turismo que pode aparentemente ocorrer com um novo acesso pelo Município de Cavalcante e obteve como resposta: *“que há intenção do ICMBio em viabilizar novas áreas de visitação no PNCV, a depender do andamento dos processos de regularização fundiária. As prioridades para novos atrativos serão tratadas pelo novo plano de uso público do Parque, observado também o atual plano de manejo e suas futuras revisões.”*, o que aparentemente possa ser uma a atividade amplia as oportunidades de gerar postos de trabalho, receitas e inclusão social e, acima de tudo, promove a valorização e a proteção desse imensurável patrimônio natural. (BRASIL, 2010).

Por fim, a ultima pergunta: Atualmente é cobrado do turista alguma taxa de entrada para a visitação no PNCV? Se sim, quanto? Recebeu a seguinte resposta: *atualmente não há cobrança de ingressos. Mas agora em julho será iniciada a cobrança, conforme previsto em contrato firmado pelo ICMBio e a concessionária Sociparques. Os valores de ingresso estão estabelecidos na Portaria ICMBio nº 831/2018.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância ou os benefícios da conservação ambiental e os serviços ambientais, são incontestáveis, para o pesquisador, razão pela qual, estes, não se constituíram em objeto a ser analisado neste estudo, assim como, não se buscou mensurar as repercussões para o Turismo local.

A ida a campo suscitou no pesquisador algumas dúvidas: a primeira, diante da identificação dos atores locais e diante do reconhecimento do cenário local, pergunta-se se a abertura para a participação não geraria mais conflito? e quais seriam os reais interesses dos “posseiros” e deste processo verticalizado?

Salienta-se que, ao que parece, os discursos enfocam alguns pequenos produtores, contudo, a realidade indica que os outros atores, de maior porte e poder, os grandes proprietários e empresários são que relutam contra a necessária ampliação do PNCV, tendo por interesses o avanço da fronteira agrícola e a mineração.

Assim, o objetivo geral foi compreender o cenário de conflito que se estabeleceu no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com vistas a um turismo mais sustentável. Divido em três objetivos específicos.

O primeiro desafio se deu na busca pela contextualização do PNCV e dos principais municípios em seu entorno. O PNCV registrado como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO, teve sua área ampliada para 240.611 ha, e sua gestão é realizada pelo ICMBio, possui muitas espécies da fauna e da flora que são endêmicas, nascentes, paisagem cênica e seu entorno está composto por seis Municípios, sendo os principais o Município de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, e se constitui em importante atrativo turístico para a região.

O segundo capítulo objetivou uma discussão teórica a fim de amparar a pesquisa nos autores reconhecidos que tratam do tema para, a partir deles entender o conflito não apenas sob os aspectos negativos. Compreender que os conflitos socioambientais expressam mais do que a disputa pela terra, estando envolto em relações imateriais, como as de sentimento de pertencimento. Assim como, perceber as disputas de poder existentes nessas relações conflituosas. E, ainda, que o Turismo, se bem planejado, constitui-se numa oportunidade de se chegar a um avanço nessas questões, com sustentabilidade.

Sob essa ótica, o ecoturismo tem como pressuposto contribuir para a conservação dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma situação de ganhos para todos os interessados: se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis.

A metodologia dividida em três partes, o pré-campo, o campo e o pós-campo, constituiu o terceiro capítulo desta pesquisa. Uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, assim como, com observação “in loco” e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados que permitiram o cumprimento dos outros dois objetivos específicos.

Na realização do campo para o estudo algumas limitações foram sentidas: as dificuldades de entrevistar alguns atores que se pretendia, mas não se disponibilizaram a contribuir, ou não foram encontrados (por razões diversas e alheias à vontade do pesquisador), como, a não existência de sede de algumas associações que representam ou por esses representantes estarem fora do município no período em que foi realizado o campo.

Alguns atores solicitaram que fossem enviadas as perguntas por e-mail, que as responderiam e devolveriam posteriormente, porém, não responderam ou deram respostas evasivas. Assim, foram realizadas um número de seis entrevistas, das onze que se pretendia, sendo que quatro delas puderam ser gravadas, uma enviada e retornada por e-mail e uma com anotações do pesquisador.

O capítulo quatro articulou os dados obtidos e a literatura referenciada com o fito de caracterizar o conflito e os atores públicos, privados e da sociedade civil. Da análise e da reflexão crítica se chegou à consideração sobre as repercussões para o turismo local decorrente desse cenário conflituoso.

Aparentemente permanecem as condições que acirraram o conflito no ano de 2017, uma vez que a principal reivindicação de muitos atores envolvidos são as indenizações referentes à desapropriação de terras na área ampliada e essas indenizações ainda estão em processo de pagamento.

Por fim, fora identificada a necessidade de investir recursos na regularização fundiária, realizando o pagamento das indenizações, a fim de efetivar a melhor proteção dos recursos naturais e ecossistemas do bioma cerrado e permitir uma melhor qualidade de vida para as pessoas no presente e no futuro, assim como, possibilitar um turismo mais sustentável em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil/ Organizador Henri Ascelrad. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Helnrich Böll, 2004.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo / Elis Regina Barbosa Angelo. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.

ASSAD, Luis Tadeu, A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais/ Luis Tadeu Assad, Gabriela Litre, Elimar Pinheiro Nascimento – Brasília, DF; Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

BAUMAN, Zigmund, A Sociedade Individualizada - Vidas contadas e histórias vividas, Tradução autorizada da 1ª edição inglesa, publicada em 2001 por Polity Press, de Cambridge, Inglaterra - Editor Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

BENI, Mário Carlos Beni. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL, 1988, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

____Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

____. Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007.

____. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

CPT Nacional. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4141-chapada-dos-veadeiros-muito-alem-do-fogo>>. Acesso em: 29 mar. 2019. 09:29:00.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti, Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas/ São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo, Turismo Sustentável e Meio Ambiente, ATLAS, 2003.

_____. **Sociologia do turismo**/ Reinaldo Dias – 1. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008

Ecoteca Digital. Chapada dos Veadeiros – RPDS pode ser solução para conflitos na questão da ampliação do Parque. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/planos-manejo/999-plano-de-manejo-do-parque-nacional-chapada-dos-veadeiros-volume-2>>. Acesso em: 14 abr. 2019, 17:28:00.

Ecoteca Digital. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/planos-manejo/912-plano-de-manejo-do-parque-nacional-chapada-dos-veadeiros>>. Acesso em 14 abr. 2019, 18:09:00)

FENIANOS, Eduardo – O Urbanauta, Editora UniverCidades, Curitiba, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Dicionário escolar da língua portuguesa, Curitiba, Ed. Positivo, 2005.

FOUCAULT, Michael, Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

G1. Goiás. Fogo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros atinge casa e pousada, em Go. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/fogo-no-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-atinge-casa-e-pousada-em-goias.ghtml>> Acesso em: 29 mar. 2019, 10:17:00.

GASTAL, Susana/ Turismo, políticas públicas e cidadania/ Susana Gastal, Marutschka Moesch. – São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo).

GOMES, Paula Oliveira, Contribuições econômicas e financeiras do turismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/ Paula Oliveira Gomes; Orientador André de Almeida Cunha – Brasília, 2017.

Governo do Brasil. Parques nacionais batem recorde de visitantes em 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/turismo/2018/12/parques-nacionais-batem-recorde-de-visitantes-em-2018>>. Acesso em 29 mai. 2019, 08:31:00.

HOUAISS, Antonio Houaiss, Dicionário da língua portuguesa, São Paulo, Ed. Objetiva, 2001;

Instituto Chico Mendes. Parna da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2081-parna-da-chapada-dos-veadeiros>>. Acesso em 14 abr. 2019, 14:43:00.

Jornal Vetor. Notícia sem fronteira; Chapada dos Veadeiros – RPDS pode ser solução para conflitos na questão da ampliação do Parque. Disponível em: <<http://www.ovetor.com.br/portal/chapada-dos-veadeiros-rpds-pode-ser-solucao-para-conflitos-na-questao-da-ampliacao-do-parque/>>. Acesso em 30 mar. 2019, 08:30:00.

LAGE, Beatriz Helena Gelas/ Economia do turismo/ Beatriz Helena Gelas Lage, Paulo César Milone. – Campinas, SP: Papirus, 1991.

LAGE, Beatriz Helena Gelas/ Economia do turismo/ Beatriz Helena Gelas Lage, Paulo César Milone. 7ª Edição Revista e Ampliado – São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LARAIA, Roque de Barros, Cultura: um conceito antropológico / Roque de Barros Laraia. — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LAVILLE, Christian A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas / Christian Laville e Jean Dionne; tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: EditoraUFMQ 1999.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Marcel Bursztyrn. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

MARQUES, Nayara Rodrigues, Os discursos concorrentes de desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros: turismo e mineração em Cavalcante-GO/ Nayara Rodrigues Marques; Orientador Mozart Fazito; Co-orientador André Cunha. – Brasília, 2018.

Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em :13 mai. 2019, 15:27:00.

MOESCH, Marutschka Martini, **Epistemologia Social do Turismo/** Marutschka Martini Moesch. São Paulo, 2004.

Moesch. **A produção do saber turístico/** Marutschka Martini Moesch. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

Município de Alto Paraíso de Goiás. Disponível em: <<https://www.altoparaiso.go.gov.br/>>. Acesso em: 06 abr. 2019, 08:53:00.

Município de São João D'Aliança. Disponível em: <<http://www.saojoaodalianca.go.gov.br/>> Acesso em 06 abr. 2019, 11:14:00.

NASCIMENTO, E. P. . Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: Marcel Bursztyl. (Org.). A DIFÍCIL SUSTENTABILIDADE: políticas energéticas e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Gramond, 2001, v. , p. 85-106.

Prefeitura de Cavalcante. Disponível em: <<https://www.cavalcante.go.gov.br/>>. Acesso em: em 06 abr. 2019, 10:33:00.

Prefeitura Municipal de Colinas do Sul. Disponível em: <<http://www.colinasdosul.go.gov.br/>>. Acesso em 06 abr. 2019, 09:48:00.

Prefeitura Municipal de Nova Roma. Resolução nº 03/2019: Delibera sobre a solicitação de desistência da Sr.^a Viviane Ferreira Ribeiro Elizardo do processo de escolha do conselho tutelar, sobre os representantes na conferência dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.novaroma.go.gov.br>>. Acesso em 06 abr. 2019, 15:05:00.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Planta, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van Meene, Turismo e Planejamento Sustentável a Proteção do Meio Ambiente/ Doris Van Meene Ruschmann/ Editora Papirus, São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton, Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos. – 6^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMMEL, Georg, Sociologia/ Georg Simmel/ Organizador Evaristo de Moraes Filho: (Tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... et AL) – São Paulo, Ática, 1983.

TASSO, João Paulo Faria. **À procura da inclusividade**: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros/João Paulo Faria Tasso. Brasília, 2014.

URRY, John. O Olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura, 3^a edição. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

VARGAS, Glória Maria, Conflitos Sociais e Sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico/ Gloria Maria Vargas, Revista Sociedade & Natureza, Universidade de Uberlândia, 191-203, Uberlândia, 2007.

VARGAS, Gloria Maria, Os conflitos socioambientais, Projeto Diálogos, 2004;

VEAL, A. J. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo / A. J. Veal ; tradução Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. – São Paulo: Aleph, 2011. – Série turismo).

YÁZIGI, Eduardo. O confinamento territorial:uma discussão sobre a liberdade. In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo: uma esperança condicional. São Paulo, Global Editora, 1999.

APÊNDICE I – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

ROTEIRO DE ENTREVISTAS	
1. Identificação Geral	
Entrevistado:	
Função:	Tempo na função:
Idade:	Gênero:
Data:	Local:
Representante do ICMBio	
1. Quais são os principais problemas/obstáculos enfrentados hoje pelo ICMBio na gestão do PNCV?	
2. Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV?	
3. Quais as principais conseqüências sentidas, decorrentes dessa ampliação?	
4. Foi percebido regionalmente algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação?	
5. Existe alguma intenção, por parte do ICMBio, em criar uma nova entrada de acesso ao PNCV?	
6. Além da atividade turística, alguma outra atividade econômica ocorre no Parque? Se sim, qual?	
7. Atualmente é cobrado do turista alguma taxa de entrada para a visitação no PNCV? Se sim, quanto?	

Observações.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

ROTEIRO DE ENTREVISTAS	
1. Identificação Geral	
Entrevistado:	
Função:	Tempo na função:
Idade:	Gênero:
Data:	Local:

Representante da Secretaria de Turismo Municipal
1. Qual a importância do PNCV para o município? E sob o aspecto econômico?
2. Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV?
3. Quais as principais conseqüências sentidas no turismo, decorrentes dessa ampliação? (queimada?) (fluxo aumentou?)
4. Foi percebido regionalmente algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação? De quanto? Para quem? (queimada?)
5. Houve, em algum momento, nos últimos anos, alguma redução brusca no fluxo turístico local? Se sim, quando e por qual motivo?

Observações.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

ROTEIRO DE ENTREVISTAS	
1. Identificação Geral	
Entrevistado:	
Função:	Tempo na função:
Idade:	Gênero:
Data:	Local:

Representante Meios de Hospedagem/ Guias de Turismo
1. Qual a importância do PNCV para você e para o seu trabalho? E sob aspecto econômico?
2. Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV?
3. Quais as principais conseqüências sentidas no turismo, decorrentes dessa ampliação? (queimada?) (fluxo aumentou?)
4. Foi percebido no seu trabalho algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação? De quanto? Por quanto tempo se estenderam? Quadro de funcionários foi reduzido? (queimada?)
5. Houve, em algum momento, nos últimos anos, alguma redução brusca no fluxo turístico local? Se sim, quando e por qual motivo?

Observações.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

ROTEIRO DE ENTREVISTAS	
1. Identificação Geral	
Entrevistado:	
Função:	Tempo na função:
Idade:	Gênero:
Data:	Local:
Associação de Moradores	
1. Qual a importância do PNCV para você e para os moradores de sua cidade? E sob aspecto econômico?	
2. Você acha que o Parque e o turismo contribuem ou prejudicam a economia local? Como? Em quais aspectos?	
3. Como se deu o processo de discussão e de operacionalização da ampliação da área do PNCV?	
4. Quais as principais conseqüências sentidas no turismo e nas comunidades, decorrentes dessa ampliação? (queimada?) (fluxo aumentou?)	
5. Foi percebido nas comunidades algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação? De quanto? Por quanto tempo se estenderam? (queimada?)	
6. Houve, em algum momento, nos últimos anos, alguma redução brusca no fluxo turístico local? Se sim, quando e por qual motivo?	

Observações.

APÊNDICE II – DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS.

Entrevista 1- Realizada no dia 05 de junho no Centro de Atendimento ao Turista de Alto Paraíso de Goiás.

Entrevistado: Moises Nunes Neto - Secretário de Turismo do Município de Alto Paraíso de Goiás – GO.

Entrevistado: Bom, a questão do Parque para o município, ele trouxe inclusive..., hoje turisticamente é um dos pólos turísticos, é um dos pontos turísticos, um dos mais atrativos mais importantes que nós temos pela beleza que temos lá internamente são as várias cachoeiras, cânions, prática de rapel, então para nós, em termos de turismo, o parque é muito importante porque está na entrada do distrito de São Jorge que faz parte do município de Alto Paraíso.

Entrevistador: E sob o aspecto econômico, ele contribui de alguma forma, ele tem um peso importante?

Entrevistado: Ele, na realidade, ele traz, ele não deixa de ter uma economia porque ele atrai turistas ao município, agora, com a terceirização do parque é que a empresa que conseguiu a concessão para explorar o parque durante 20 anos tá montando toda um estrutura que a partir de 25 de junho serão cobradas as entradas para o parque, conseqüentemente, gerará impostos ao município. Tá? Então isso vai acontecer agora após a concessão do parque para essa empresa que é a FACIPLAC e a PRACTUR.

Entrevistado: A ampliação do parque em si traz uma polemica grande até, de o senhor se for pertinente ir a secretaria de meio ambiente que ela teria mais informação com relação à ampliação do parque, as conseqüências que isso trouxe para o município. O que eu vejo que eu tenho acompanhado é que muitos moradores que já existia dentro dessa área de ampliação estão a mais de 100 anos, ou seja, estão sendo desapropriados, não vão ser remunerados de acordo com aquilo que eles achavam que a terra deles valeria, então, isso é uma questão ambiental. Ela não trouxe assim uma conseqüência para o turismo essa ampliação. Trouxe sim para os moradores que ali existiam nessa área de ampliação do Parque Nacional.

Entrevistado: Não, pelo seguinte, porque a ampliação do parque independe da operação do Parque Nacional das Cachoeiras, do atrativo Parque Nacional. Então a ampliação do parque em si não trouxe nenhuma conseqüência para o turismo porque não paralisou nada das operações, tudo continua normalmente. Então essa ampliação trouxe, como eu disse, conseqüência para os moradores que estavam nas áreas.

Entrevistador: Mas não foi percebido aumento no fluxo turístico?

Entrevistado: Até o presente momento não. A nossa frequência, inclusive, anual, que é registrada no parque, ela varia entre 65 e 70 mil turistas ano, que agora com essa a terceirização do parque a expectativa da empresa que ganhou essa licitação é pra ter um publico 100 mil turistas ano.

Entrevistado: Já ta dentro dessa resposta que eu te dei.

Entrevistado: Não. Hoje nós temos mantido essa frequência entre 65 e 70 mil turistas ano. Em períodos de feriados prolongados nós chegamos a ter aqui no município em torno de 15 mil pessoas em um feriado prolongado, como é o caso desse que vamos ter agora dia 20 de junho, que ele pega quinta, sexta, sábado e domingo, então a expectativa é de ter em média 15 mil turistas dentro do nosso município.

Entrevista 2 - Realizada no dia 05 de junho no Hotel Tapindaré - Alto Paraíso de Goiás.

Entrevistado: Arnaldo Reis Jacaúna - Conselheiro - Representante dos Meios de Hospedagem do Conselho Municipal de Turismo.

Entrevistado: Ele é um produto, digamos assim, que atrai pessoas do mundo todo, porque sem essa natureza, sem essa preservação a gente não teria o que ofertar. Porque se deixar a vontade isso vai se destruindo e daqui a pouco a gente não vai ter mais nada.

Entrevistador: E com relação à parte econômica?

Entrevistado: Na verdade, o Alto Paraíso só começou a crescer quando começou essa divulgação dessa natureza. E quando isso aconteceu foi quando a gente começou a obter mais esse aspecto, né, de turista, tanto é que a gente tem couros que ... melhores do mundo. E isso ajuda bastante de uma forma nacional e principalmente internacional.

Entrevistado: Não, não participei.

Entrevistado: Não, quanto à relação do turista não, mas quanto ao próprio proprietário que tinha a sua área que foi tomada por essa ampliação, ele sim, tem todo o processo dele, mas nada que venha atingir o comércio, pelo contrário.

Entrevistador: E o fluxo aumentou ou diminuiu com essa ampliação do parque?

Entrevistado: Ficou na mesma coisa. Na verdade, o que realmente fez o fluxo diminuir é a própria crise do Brasil, a própria crise do Brasil que fez realmente essa queda. A gente tinha um fluxo, assim, aquela curiosidade do brasileiro, de divulgação na mídia, de querer vir conhecer, tanto é que existe outros lugares aqui no Goiás que eles vem conhecer Alto Paraíso e não voltam para outros atrativos em outras regiões. Porque Alto Paraíso tem uma natureza inigualável, então, na minha opinião, ficou tudo certo com a ressalva do que está acontecendo no Brasil.

Entrevistado: Não, nenhum. Pelo contrário, ficou mais forte.

Entrevistador: Então a gente tem um benefício?

Entrevistado: É porque é gostoso, né. “Convivendo”(?) com o cliente, ele saber que existe uma conscientização ambiental na região que ele tá visitando, né. De saber que daqui a alguns anos que ele vai voltar aqui vai ter aquilo preservado, entendeu? Esse conforto a gente tem bastante em relação a isso. Porque na verdade a maioria dos turistas eles vem com o objetivo da natureza mesmo, de amar a natureza, não é aquele que vem “a vou curtir só, tô de passagem”, ele vem mesmo para se inteirar.

Entrevistado: Sim, isso bastante por conta dessa crise no Brasil. Isso eu digo pra ti que teve uma queda muita grande, muito grande mesmo. Por exemplo, a gente vê isso, é, “com”(?) 2016/17 a gente não via nenhum cliente pedindo cancelamento, era a coisa mais rara a gente ver isso. Depois disso a gente começou a ter muitos cancelamentos, muitos mesmo. Mas isso, volto a disser, ao fator crise.

Entrevista 3 - Realizada no dia 06 de junho na Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge – Vila de São Jorge - Alto Paraíso de Goiás.

Entrevistado: Murilo Aleixo, Presidente da ASJOR – Associação de moradores da Vila de São Jorge.

Entrevistador: É ... A minha primeira pergunta seria qual a importância do Parque pra você e para os moradores aqui da Vila de São Jorge?

Entrevistado: Olha .. ela é uma base assim né, bem sólida de todo essa ... esse turismo da Vila. Ele que é o grande catalizador de turistas assim, né? Então o pessoal vem no grande intuito de conhecer o Parque Nacional e consequentemente conhece os outros atrativos. Mas eu acho que ele é o grande atrativo, assim né? ... vamos dizer assim.

Entrevistador: Ah, o grande atrativo, né? E sob o aspecto econômico o senhor acha que ele contribui ... pra ... pra renda?

Entrevistado: Sim eu acho que ele contribui, éh ... èh assim ... com a divulgação ... é com a divulgação, ... é ... da chapada pra atrair esse turista e daí consequentemente vai estar gerando emprego, tanto diretamente lá no parque, né? Com ... com todas as áreas lá, tipo atendimento, brigadistas ...todas as áreas tem muitos moradores ali trabalhando diretamente. Indiretamente com esses turistas que eles trazem gera os empregos, né? Nos meios de hospedagem, nos de alimentação, então eu acredito que é uma grande importância, assim econômica.

Entrevistador: Obrigado ... você acha que o parque e o turismo contribui ou prejudica para a economia local?

Entrevistado: Contribui ... contribui sim ...

Entrevistador: em quais aspectos? Eu acho que você já disse, né? Que esses aspectos da geração de empregos diretos e indiretos ..

Entrevistado: é ... isso ... é ...

Entrevistador: é ... como se deu o processo, não sei se você participou ou teve conhecimento, nesse processo de ampliação do Parque. Como é que foi esse processo? Como se deu essa discussão da operacionalização da ampliação do Parque?

Entrevistado: Então... é ... foi... de certa forma é um assunto polêmico, que rende muita conversa. Então ... acho que foi um processo assim ... feito de forma transparente. Teve audiências públicas, teve diversos esclarecimentos, né? ... e assim ... a gente reconhece a importância dessa ampliação pra conservação de todo o território. Então eu acho que foi, de forma assim participativa. Quem tava interessado tinha a oportunidade de ter o conhecimento, né? Do que tava acontecendo de como que seria a questão ... Que daí a questão polêmica disso tudo é a questão é ... da desapropriação de terras dentro do parque, mas isso foi bem informado, tem até uma pessoa dentro do parque que cuida só disso, então foi esclarecido em diversas oportunidades todas essas questões. Daí ficou assim alguma pessoa ou outra acaba ... é ... de certa forma achando ruim e tal..., mas por falta de ter o acesso aquela informação, que as vezes ela também não ... num ... chegou até ela, né? ... assim, não se dispôs a ir e participar da reunião.

Porque assim, ninguém chegou batendo na casa da pessoa. Acho que isso eles estão fazendo agora nesse segundo momento, que ampliou e agora sim, eles estão passando meio que tipo fazendo essas visitas in loco e tal ... Então, eu acho que está sendo um processo... assim... de certa forma harmônico, ali, né? Ta .. ta ... dentro dos padrões que tem que seguir, né? Com audiência pública, com a participação popular, tal ...

Entrevistador: Sei ...

Entrevistado: Ele foi de certa forma, meio inesperado assim que veio ... tem dois anos já né? Que na época, foi ... eles (incompreendido).

Entrevistador: Foi em junho de 2017, a ampliação, né?

Entrevistado: Foi até uma surpresa pra gente, mas acho que foi uma construção e quem muito contribuiu com isso também nesse processo foi a Fundação Mais Cerrado, que se formou quando teve a questão polêmica também da revisão do plano de manejo da APA do Pouso Alto. Eles queriam apresentar um plano assim, bem ... prejudicial para a conservação, daí a sociedade civil se organizou em diversas reuniões e daí fundou essa Fundação Mais Cerrado, que é uma instituição que organizou essa força política assim pra... pra ... sair a ampliação e eles foram peça chave nesse processo também.

Entrevistador: ah ... interessante ...É ... Quais as principais conseqüências sentidas no turismo e nas comunidades decorrentes dessa ampliação?

Entrevistado: Então ...

Entrevistador: De todo o processo... aí ... aí ... ah .. o que eu gostaria de saber é de todo o processo, desde lá das consultas públicas que foi anterior a ampliação até agora, né? Se teve algum prejuízo? Se teve ganho? Essas coisas assim...

Entrevistado: É, então, algumas pessoas se sentiram prejudicadas pelo sentido da ... da certificação da terra ali, assim de forma legal mesmo, né? No cartório, tal ... Porque muita gente tem terra aqui, mas compra tipo de um, de outro, tal ... só vai repassando meio que pelos contratos de gaveta ta ...

Entrevistador: Sei ... sei ...

Entrevistado: Não tem aquela coisa formal, aquela escritura mesmo e tal ... Então estas pessoas se sentiram prejudicadas e tal ... mas eu acho que tem que seguir o processo legal mesmo da história, né? Não tem que falar: eu sou dono daquela terra, meus papel aqui, sem uma legitimidade, né? Então, isso foi o ponto polêmico dessa questão, assim, que envolve até, eu vejo, o plano diretor do município, que ta até em processo de revisão. Nesse processo do plano diretor, que aí vai ta lá determinado, pode ter lote a partir de tantos mil metros, tal ... Então, as vezes tem gente que loteou terra, tipo, lote de quinhentos metros em área rural, sendo que o mínimo tem que ser, sei lá, quarenta mil que é pra ter uma estrutura. Então acho que isso, vem com o plano diretor que está sendo revisto agora. E daí, não dá pra mensurar muito ainda, porque ta o processo, tipo, ta a lei né? Tem a lei, mas ainda ela não foi implementada, então a gente está nesse processo de implantação ainda que ta se construindo.

Entrevistador: Mas você acha que o fluxo de turistas, ele aumentou? Diminuiu? Teve algum ...

Entrevistado: Olha, eu acho que baseado na ampliação, não interferiu muito ainda, nessa visão da ampliação, tendo a ampliação com base. Mas o fluxo turístico vem crescendo, mas eu acho que é outros fatores que envolve aí esse crescimento, pode ser a questão do asfalto, a questão da divulgação maior e tal ... Então ta em evidência na mídia. Então eu acho que esses são fatores que potencializam mais o turismo do que a própria ampliação. A ampliação ainda não trouxe de fato uma influência nesse aumento. Acho que isso vai vir mais a médio prazo.

Entrevistador: Tá ... É ... em 2017 teve um ... uma queimada grande, né?

Entrevistado: Sim... Sim...

Entrevistador: Um tanto o quanto prolongada, durante ... tipo um mês ... apareceu na mídia do país inteiro, tal etecetera ... E existiu na época, né? (inaldível) ... a suspeita de que essa queimada era...

Entrevistado: Criminosa ..É

Entrevistador: criminosa, tal e etecetera ... tem alguma relação esses ...?

Entrevistado: Oh ... no meu ponto de vista, foram incêndios criminosos. Porque, assim, eu mesmo sou um brigadista voluntário e tal. Então, assim, a gente fez o curso e tudo, e todas... e vê como surge um fogo natural. Ele é natural, o cerrado tem assim uma queimada, faz parte do processo. Mas a forma que se deu. Porque daí, vamos supor, a gente tem as ... as ... áreas, né? De...de ... proteção, assim, é ...

Entrevistador: Que eles chamam de aceiros...

Entrevistado: è isso, tem os aceiros, daí, o que, que aconteceu?, ... ah ... ah ... uh ... o início das queimadas, começava sempre na hora mais quente do dia e daí, nos dois pontos, tipo, tem um aceiro aqui, e aí ... queimada aqui e queimada aqui ... Então assim, ... várias evidências que mostram que ... que ... de fato foi um incêndio criminoso e muitas pessoas ligam isso como uma retaliação da ampliação, dessas pessoas que ficaram insatisfeitas, né? Com essa ampliação que de certa forma foram prejudicadas e meio que uma retaliação assim.

Entrevistador: Essa queimada ela, ela durou quase um mês, ela começou em oito de outubro e terminou em trinta e um de outubro, mais ou menos, né? Durante esse período o parque teve que ficar fechado pra visitaçãõ?

Entrevistado: É ... Não o período todo, mas dentro desse período, alguns dias ficou fechado, até por questão de segurança mesmo, porque tinha queimada assim pegando trilha tal ...Então ...

Entrevistador: E isso causou a redução de ... de ...

Entrevistado: Ah ... causou ...

Entrevistador: de turistas ?

Entrevistado: O período ...

Entrevistador: por exemplo, os guias, porque os guias, eles basicamente ganham a vida guiando, né?

Entrevistado: Não ... no período da queimada, teve uma decadência drástica assim, todo mundo sentiu, pessoal cancelava reserva, deixou de vir mesmo, e daí que teve também uma questão, que daí a comunidade toda parou de fazer tudo o que fazia para se dedicar, quem não tava lá combatendo o fogo direto, tava na contenção ali na estrutura, providenciando um lanche. Então a Vila parou de fato pelo fogo. E ficou uma situação bem insalubre também, por causa da fumaceira e tudo, teve muita gente dando doença respiratória e toda essa mídia, que daí, teve uma grande repercussão nacional e todo mundo vendo tudo aqui pegando fogo tal ... Então ficava com medo, né? Aí, deu pra sentir sim, uma queda grande.

Entrevistador: Foi percebido nas comunidades algum prejuízo ou benefício econômico a partir do processo de ampliação? Se foi, de quanto? E por quanto tempo se estendeu?

Entrevistado: Eu acho que a ampliação ainda não trouxe esse resultado, assim de fato, eu acho que isso é uma coisa que vai vir assim a médio, longo prazo, até pela questão de determinar as áreas mesmo, que daí tem todo um processo. Que aí a gente tem um cercamento do parque. O parque é cercado. Com essa área que é ... essa área inicial, né? Agora a ampliação, ela não está cercada ainda de fato, onde que é. E daí ela integra outros atrativos, tal ... que ainda não foi feito. Então a gente só vai ter esse reflexo, quando de fato for implementado mesmo a ampliação. Que ainda não foi, é ... Que daí é cercamento. Que daí é regularização fundiária, pagamento de todo mundo que ta dentro do parque. Daí, assim, que vai liberar um acesso, assim, a proposta é liberar uma entrada lá por Cavalcante, então, a hora que implementar isso de fato, aí sim vai começar a ter um resultado, né? De...de ... influência. Mas por enquanto ainda não teve.

Entrevistador: Esse período de 2017, em que a comunidade toda de São Jorge tava envolvida no combate ao incêndio, que houve, e aí sim, houve um prejuízo grande, você tem uma ideia mais ou menos, tem como mensurar em termos de valores, quanto mais ou menos seria esse prejuízo? Por que aí você tem as pousadas que não recebeu muita gente, que cancelou, então isso representa por exemplo, uma pousada vamos supor que nesse período de outubro que em tese é baixa temporada, ela receba vinte, trinta, hóspedes e isso trás uma renda aí pra ela de uns, sei lá, dois mil reais por mês e nesse período ela não teve essa renda, porque... isso é mais ou menos ... eu to divagando aqui ... eu não sei se é isso, é só pra ti perguntar se você tem mais ou menos a ideia de quanto isso representaria em termos de valores?

Entrevistado: Oh... eu suponho assim, uma estimativa, o mês todo ali, chega ali a cem, cento e cinquenta mil que deve ter de prejuízo, é que deixou de ganhar, que perdeu com reservas e tal ... Acho que por volta disso. Uma estimativa.

Entrevistador: A outra pergunta seria se houve em algum momento nos últimos anos, alguma redução brusca do fluxo turístico local?

Entrevistado: Que foi isso, mas foi interessante, que daí teve esse ... esse ... período da baixa, que a queimada causou, mas, após isso, começou a vir uma crescente, de ter aquele fluxo constante. Daí assim, a gente até em algumas conversas assim, a

gente supôs que a queimada de certa forma também potencializou isso. Porque daí a divulgação foi tanta, que daí depois teve até, vamos supor, os empresários daqui, todo mundo cobrou muito da, vamos supor, Correio Braziliense, pois lá numa capa: Era uma vez um paraíso. Como se tivesse destruído, acabado tudo, né? Acabou a Chapada dos Veadeiros.

Entrevistador: Correio Braziliense, Portal G1, Portal R7.

Entrevistado: É ... mas também, depois teve uma cobrança bem grande aqui dos empresários e da comunidade, com o Correio Braziliense por exemplo, Óh, agora que queimou na queimada, agora tem que refazer, e aí, fizeram. Uma matéria bem bacana divulgando, renasceu das cinzas ... tal ... e até a Globo mesmo, veio com o Globo Repórter e fez uma matéria do pós queimada e tal ... tudo isso depois trouxe ... potencializou, assim, o turismo e de certa forma, no período da queimada diminuiu, foi uma coisa natural também, todo mundo ficou assim preocupado com medo, mas depois, contribuiu, e a gente vem numa crescente, que até este mês mesmo, agora de maio, que passou assim, surpreendeu assim, um fluxo constante, todo fim de semana, gente, assim, tal ... Então ta numa crescente agora. Foi só no período da baixa mesmo da queimada.

Entrevistador: Muito obrigado. Eu fico agradecido com a entrevista, agradeço o tempo.

Entrevistado: Disponha. Depois se puder compartilhar para a gente também ver.

Entrevistador: Eu me coloco também à disposição, para quando eu terminar o TCC, que eu fizer a minha defesa lá na Universidade, eu posso vir aqui na comunidade e mostrar o resultado também, a gente marca.

Entrevistado: Ah... ótimo... a comunidade e a Associação estão de portas abertas. Maravilha ... Maravilha ... Parabéns aí pela iniciativa estamos carecendo de mais estudos.

Entrevista 4 - Realizada no dia 07 de junho na Universidade Aberta (UAB)- Polo de Apoio Presencial de Cavalcante - GO.

Entrevistado: Richard Avolio - Representante dos Meios de Hospedagem do Município de Cavalcante - GO.

(R) Meu nome é Richard Avolio. Eu sou empresário do setor, e eu tô trabalhando a 18 anos com o turismo aqui em Cavalcante.

(L) A idade do senhor?

(R) 45.

1- (R) Bom, no caso o Parque Nacional, ele, mesmo antes desse processo de ampliação, ele já tá aqui na borda do município, né. Eu além de trabalhar com a parte de hospedagem possuo uma RPPN, uma unidade de conservação privada, que no caso ela acaba formando quase que um corredor ecológico com a área antiga já do parque, com a ampliação esse corredor se consolidou ainda mais porque a gente ficou mais próximo. No ponto de vista turístico, Cavalcante ainda não tem benefício direto da presença do parque porque nós não temos acesso direto aos atrativos existentes na área que tá aqui dentro de Cavalcante. Desde que eu estou aqui eu faço parte do Conselho do Parque Nacional, então a gente vem trabalhando no sentido viabilizar a abertura desse acesso aqui por Cavalcante, entretanto as políticas governamentais, a própria visão, seja do âmbito municipal mesmo e do federal, elas acabaram não propiciando isso daí até o momento. A gente já esteve bem próximo de conseguir a abertura desse acesso, porém ele nunca aconteceu de fato. Novamente, agora com o processo de ampliação, recentemente foi feito um novo plano de manejo, pelo menos a coleta de informação para a confecção desse novo plano foi agora no final do mês de maio, ali a gente citou novamente essas possibilidades de acesso em Cavalcante a uma sinalização do órgão, do ICMBIO, para que isso daí se concretize através da conclusão dos processos de desapropriação, resolver a questão fundiária do parque, pra ai sim dar acesso as essas áreas. Então o parque é sim muito importante. Até o momento a gente não tem um reflexo direto. A presença do parque pelos aspectos de biodiversidade é incalculável, mas financeiramente ainda não.

2- (R) No caso o processo de ampliação dentro do momento inicial ele se deu dentro das esferas governamentais, por eu faço parte do conselho eu tive acesso a esse processo e obviamente eu reportava isso daí aos colegas aqui, mas efetivamente ele se tornou público quando a gente teve uma audiência pública para a apresentação da proposta, onde daí os limites foram apresentados a comunidade, teve os questionamentos, teve muita gente indo contra, inclusive todos os prefeitos da região foram contra, em virtude dessa visão antagônica, acham que a preservação não é um bom negócio e que a mineração e o agronegócio são mais viáveis para o desenvolvimento.

3- (R) Ainda não, ainda não dá pra gente dizer que teve,

(L) Nem positivo nem negativo?

(R) Não. É assim pra questão turística não. Assim, eu vou dizer que teve um grande aspecto negativo que foi logo após o anuncio da ampliação onde a gente teve em 2017 uma serie de incêndios criminosos que obvio a gente não consegue identificar quem foram os autores mas que há sim uma ligação direta com os proprietários e os setor de agronegócio foram atingidos pela ampliação. E a propagação desses focos de forma descontrolada isso daí obviamente impactou no turismo naquele momento especifico, porque na hotelaria várias reservas foram canceladas, então você teve um impacto momentâneo.

(L) AI deu uma redução no fluxo?

(R) É, mas isso foi momentâneo, né. Logo depois, ai teve ai sim um impacto positivo pela grande mobilização, que a gente teve, todos os olhares foram voltados para a chapada, então a gente teve todas as pessoas se engajando na causa, doando para o combate ao incêndio, pessoas que se voluntariaram e vieram pra cá para combater.

(L) Esse momento da queimada o senhor teve que dispensar algum empregado, contratar?

(R) Não. A mão de obra é fixa, todo mundo contratado de carteira assinada, então a gente tem que assumir essas pontuações.

5-(R) Não , muito pelo contrário a gente ta tendo um crescimento.

(L) Essa coisa brusca teve so nesse pequeno memento em 2017?

(R) Sim, só em virtude do fogo , porque daí muitos atrativos acabaram ficando difíceis de serem visitados, a região tava muito esfumaçada. Então o ambiente em si não tava adequado.

Entrevista – 5 – por e-mail.

Respostas ICMBio

Em atenção a sua mensagem, informamos que:

A respeito das questões 1 e 6, sugerimos consulta ao plano de manejo do Parque, disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-da-chapada-dos-veadeiros>.

Sobre as questões 2, 3 e 4, sugerimos contato com a Coordenação de Criação de UC (COCUC/DIMAN/ICMBio – 61 2028 9493/9453).

Em relação à questão 5, informamos que há intenção do ICMBio em viabilizar novas áreas de visitação no PNCV, a depender do andamento dos processos de regularização fundiária. As prioridades para novos atrativos serão tratadas pelo novo plano de uso público do Parque, observado também o atual plano de manejo e suas futuras revisões. Sugerimos a leitura do documento anexo (Rol de Oportunidades de Visitação em Unidade de Conservação – ROVUC) para entendimento dos conceitos adotados pelo ICMBio.

Sobre a questão 7, atualmente não há cobrança de ingressos. Mas agora em julho será iniciada a cobrança, conforme previsto em contrato firmado pelo ICMBio e a concessionária Sociparques. Os valores de ingresso estão estabelecidos na Portaria ICMBio nº 831/2018.

Permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros